

junto
SEGUROSDemonstrações Financeiras 2024
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

FAZEMOS A DIFERENÇA!

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197

3º andar | Curitiba/PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submete-se à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Junto Seguros S.A. ("Junto" ou "Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuários Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria.

Desempenho Financeiro

Em 2024, a jornada digital da Junto, por intermédio da inovação, agilidade e foco no cliente, auxiliou a Companhia a manter a qualidade no atendimento a parceiros e clientes, resultando num volume total de 259 mil apólices emitidas, com uma média de 21,6 mil emissões por mês, garantindo a liderança de mercado pelo quarto ano consecutivo, com um *market share* de 15,8% em prêmio direto no mercado de seguro garantia. O volume de prêmios emitidos líquidos foi de R\$ 650,7 milhões (R\$ 659,6 milhões em 2023) e o patrimônio líquido ao final do exercício totalizou R\$ 271,7 milhões (R\$ 255,4 milhões em 2023). O lucro líquido, por sua vez, atingiu R\$ 44,0 milhões (R\$ 40,2 milhões em 2023), representando um ROAE de 16,7%. O sólido desempenho financeiro e posição patrimonial se refletem nos *ratings* da Junto, equivalentes a "brAAA" pela Standard & Poor's e a "A- Excelente" na escala internacional pela AMBest.

Premiações

A Junto recebeu o reconhecimento do IT Fórum como uma das 100 empresas mais inovadoras no uso de TI, com a 14ª posição neste importante ranking, que analisa o ambiente inovativo e o protagonismo da área de TI. Por meio da avaliação de analistas de mercado, a premiação reconheceu, dentre as maiores empresas do país, aquelas que mostraram a melhor combinação entre processos e práticas na utilização da tecnologia em benefício da inovação.

A Companhia obteve, ainda, o reconhecimento pelo Intelijur - Inteligência Jurídica como uma empresa certificada pela banca julgadora do Prêmio de Melhores Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos, pela implementação do Programa de Privacidade e Proteção de Dados Automatizados, que trouxe agilidade, precisão e qualidade ao tratamento de dados pessoais e ao cumprimento das obrigações legais da LGPD, SUSEP e demais órgãos reguladores.

A Junto recebeu também a certificação AB2L Infinito de Inovação Jurídica, concedida pela AB2L - Associação Brasileira de Lawtechs e Legaltechs, com a redefinição do papel do jurídico, por meio de iniciativas em automação, integração e monitoramento em tempo real. Estas iniciativas melhoraram a qualidade dos dados, como também reduziram custos e aumentaram a segurança jurídica.

Premiação do *Great Place to Work*, como a quarta melhor empresa do Brasil para trabalhar na categoria "Instituições Financeiras - Seguradoras" de acordo com o seu porte.

A empresa também conquistou o segundo lugar na categoria Atendimento Inteligente no Prêmio Inovativos 2024, com o caso "Modernização de sistemas legados: De monólito a microsserviços, revolucionando a experiência do cliente".

Por fim, a Companhia foi reconhecida pelo Valor Econômico como uma das cinco empresas mais inovadoras na categoria de Seguros e Planos de Saúde do país. Este reconhecimento reforça o compromisso da Junto de fazer a diferença no mercado sendo simples, segura e transformadora.

Empresa controlada

Em 31 de dezembro 2024 e 2023, a Companhia possuía participação de 99,9% na Junto Controle de Riscos Ltda.

Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, 5% do lucro líquido do exercício é destinado à reserva legal, limitada a 20% do capital social. Os dividendos mínimos são de 25% sobre o lucro líquido após a destinação da reserva legal. O saldo remanescente é destinado à reserva de lucros, limitado ao total do capital social.

Em 28 de fevereiro de 2024, foram pagos R\$ 16,2 milhões como juros sobre o capital próprio, decorrentes do exercício de 2023. Adicionalmente, em 30 de abril de 2024 foram distribuídos R\$ 10,0 milhões de dividendos discricionários, oriundos das reservas de lucros. Em dezembro de 2024, foram destacados R\$ 17,0 milhões como juros sobre o capital próprio, em montante superior ao constante no estatuto social da Companhia e como parte integrante do dividendo mínimo obrigatório devido aos acionistas, decorrentes do resultado do exercício de 2024.

Combate à Fraude e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

Reafirmando a qualidade dos controles internos para o combate à fraude e prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, a Junto recebeu a classificação "Excelente" pelo COAF. Os controles internos da Companhia contemplam a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento dos riscos envolvidos em situações relacionadas a fraude e lavagem de dinheiro, produtos comercializados, negociações privadas, operações de compra e venda de ativos e demais práticas operacionais.

Agradecimentos

Os executivos da Junto Seguros agradecem aos seus acionistas, clientes, corretores e parceiros de negócios pela preferência e confiança e aos seus colaboradores pelo esforço, competência e lealdade que possibilitaram os resultados alcançados nesse exercício.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2025

Diretoria

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

| | Notas | 2024 | 2023 |
|---|---------|------------|------------|
| Prêmios emitidos líquidos | | 650.684 | 659.635 |
| Variações das provisões técnicas de prêmios | | (129.312) | (179.883) |
| Prêmios ganhos | 22.a | 521.372 | 479.752 |
| Sinistros ocorridos | 22.b | (61.282) | (22.387) |
| Custos de aquisição | 22.c | (111.162) | (104.098) |
| Outras receitas e despesas operacionais | 22.d | 416 | 745 |
| Resultado com resseguro | 22.e | (217.967) | (230.405) |
| Receita com resseguro | | 43.786 | 15.282 |
| Despesa com resseguro | | (261.753) | (245.687) |
| Despesas administrativas | 22.f | (114.153) | (114.361) |
| Despesas com tributos | 22.g | (4.796) | (7.612) |
| Resultado financeiro | 22.h | 53.182 | 56.385 |
| Resultado patrimonial | 22.i | (581) | (618) |
| Resultado operacional | | 65.029 | 57.401 |
| Ganhos ou perdas com ativos não correntes | | (304) | (33) |
| Resultado antes dos impostos e participações | | 64.725 | 57.368 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 23 | (13.874) | (9.943) |
| Imposto de renda e contribuição social diferida | 23 | 53 | (52) |
| Participações sobre o resultado | 24 25 | (6.898) | (6.640) |
| Lucro líquido | | 44.006 | 40.233 |
| Quantidade de ações | | 24.125.868 | 24.125.868 |
| Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ | | 1.824,02 | 1.667,63 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

| | 2024 | 2023 |
|--|---------|---------|
| Lucro líquido do exercício | 44.006 | 40.233 |
| Itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado | | |
| Variação no valor de mercado dos ativos financeiros a VJORA | (1.138) | 6.628 |
| Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes | 455 | (2.651) |
| Resultado abrangente do exercício | 43.323 | 44.210 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

| | Notas | 2024 | 2023 |
|--|---------|-----------|-----------|
| Atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 44.006 | 40.233 |
| Ajustes para: | | | |
| Depreciação e amortização | 11 e 13 | 3.265 | 1.964 |
| Resultado patrimonial | 22.i | 581 | 618 |
| Provisões técnicas, líquidos de custo de aquisição diferido | | 192.999 | 207.345 |
| Provisões técnicas de ativo de resseguro | | (133.227) | (148.576) |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social | 23.a | 13.874 | 9.943 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido | 23.a | (53) | 552 |
| Perda na alienação de investimentos e imobilizado | | 304 | 33 |
| Perda/Ganho por valor recuperável de ativos e passivos | | 401 | (320) |
| Juros sobre passivo de arrendamento | 11.b | 123 | 253 |
| Outras provisões | | 76 | (131) |
| Variação nas contas patrimoniais: | | | |
| Ativos financeiros | | (985) | (44.155) |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | | (216.986) | (137.479) |
| Créditos tributários e previdenciários | | 2.866 | 4.545 |
| Despesas antecipadas | | 1.040 | (1.067) |
| Ativos de resseguro - provisões técnicas | | 61.527 | 24.535 |
| Outros ativos | | 988 | (1.268) |
| Depósitos judiciais e fiscais | | (8.244) | (1.374) |
| Fornecedores e outras contas a pagar | | (1.314) | 1.529 |
| Impostos e contribuições | | 1.226 | 276 |
| Débitos de operações com seguros e resseguros | | 191.406 | 126.698 |
| Provisões técnicas - Seguros e resseguros | | (98.894) | (50.915) |
| Outros passivos | | (638) | 251 |
| Caixa gerado pelas operações | | 54.341 | 33.490 |
| Impostos sobre lucro pagos | | (15.319) | (12.469) |
| Caixa líquido gerado pelas operações | | 39.022 | 21.021 |
| Atividades de investimento | | | |
| Aquisição de imobilizado | 13.a | (478) | (804) |
| Aquisição de intangível | 13.b | (8.477) | (4.690) |
| Alienação de imobilizado | | 8 | 11 |
| Aumento de capital em controlada | 12.a | — | (1.100) |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimento | | (8.947) | (6.583) |
| Atividades de financiamento | | | |
| Pagamento de passivos de arrendamento | 11.b | (1.256) | (1.499) |
| Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos | 20.d | (26.284) | (13.826) |
| Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento | | (27.540) | (15.325) |
| Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa | | 2.535 | (887) |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício | | 2.698 | 3.585 |
| Caixa e equivalente de caixa no final do exercício | | 5.233 | 2.698 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

| Ativo | Notas | 2024 | 2023 | Passivo | Notas | 2024 | 2023 |
|--|-------|-----------|-----------|---|---------|-----------|-----------|
| Circulante | | 1.011.359 | 953.030 | Circulante | | 1.031.615 | 976.425 |
| Disponível | | 5.233 | 2.698 | Contas a pagar | 14 | 32.725 | 37.041 |
| Caixa e bancos | | 5.233 | 2.698 | Obrigações a pagar | | 21.199 | 25.153 |
| Aplicações | 6 | 139.100 | 145.251 | Impostos e encargos sociais a recolher | | 2.697 | 3.001 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | | 433.885 | 397.845 | Encargos trabalhistas | | 3.366 | 3.861 |
| Prêmios a receber | 7.a | 401.256 | 368.431 | Impostos e contribuições | | 644 | 1.275 |
| Operações com seguradoras | 7.b | 15.304 | 16.592 | Outras contas a pagar | | 4.819 | 3.751 |
| Operações com resseguradoras | 7.b | 16.868 | 12.675 | Débitos de operações com seguros e resseguros | | 402.759 | 376.187 |
| Outros créditos operacionais | 7.c | 457 | 147 | Prêmios a restituir | 15.a | 2.185 | 1.421 |
| Ativos de resseguro - provisões técnicas | 8 | 322.464 | 304.193 | Operações com seguradoras | 15.b | 81.639 | 81.831 |
| Títulos e créditos a receber | 9 | 3.723 | 7.811 | Operações com resseguradoras | 15.c | 222.464 | 200.919 |
| Créditos a receber | | — | 161 | Corretores de seguros e resseguros | 15.d | 96.471 | 92.016 |
| Créditos tributários e previdenciários | 9.a | 2.409 | 5.511 | Depósitos de terceiros | 16 | 781 | 659 |
| Outros créditos | | 1.314 | 2.139 | Provisões técnicas - seguros | 17 18 | 595.280 | 561.321 |
| Despesas Antecipadas | | 1.187 | 2.227 | Danos | | 595.280 | 561.321 |
| Custos de aquisição diferidos | | 105.767 | 93.005 | Outros débitos | | 70 | 1.217 |
| Seguros | 10 | 105.767 | 93.005 | Passivos de arrendamento | 11.b | 70 | 1.217 |
| Ativo não circulante | | 1.747.020 | 1.484.664 | Passivo não circulante | | 1.455.090 | 1.205.896 |
| Aplicações | 6 | 390.843 | 384.844 | Contas a pagar | 14 | 5.116 | 2.598 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | | 458.502 | 285.581 | Obrigações a pagar | | 5.116 | 2.598 |
| Prêmios a receber | 7.a | 420.327 | 269.885 | Débitos das operações com seguros e resseguros | | 416.926 | 259.714 |
| Operações com seguradoras | 7.b | 38.175 | 15.696 | Operações com seguradoras | 15.b | 173.524 | 79.359 |
| Ativos de resseguro - provisões técnicas | 8 | 673.755 | 620.326 | Operações com resseguradoras | 15.c | 153.163 | 124.985 |
| Títulos e créditos a receber | 9 | 59.238 | 50.758 | Corretores de seguros e resseguros | 15.d | 90.239 | 55.370 |
| Depósitos judiciais e fiscais | 9.b | 57.400 | 49.156 | Provisões técnicas - seguros | 17 18 | 1.032.851 | 942.381 |
| Tributos diferidos | 23.e | 1.838 | 1.602 | Danos | | 1.032.851 | 942.381 |
| Despesas antecipadas | | — | 2 | Outros débitos | | 197 | 1.203 |
| Outros valores e bens | 11 | 58 | 1.839 | Provisões judiciais | 19 | 197 | 386 |
| Ativo direito de uso | | 58 | 1.839 | Passivos de arrendamento | 11.b | — | 817 |
| Custos de aquisição diferidos | | 151.095 | 133.533 | Patrimônio líquido | 20 21 | 271.674 | 255.373 |
| Seguros | 10 | 151.095 | 133.533 | Capital social | | 135.551 | 135.551 |
| Investimentos | 12 | 73 | 654 | Reservas de capital | | 35.626 | 35.626 |
| Participações societárias | | 73 | 654 | Reservas de lucros | | 100.748 | 83.764 |
| Imobilizado | 13.a | 1.608 | 2.084 | Ajustes com títulos e valores mobiliários | | (251) | 432 |
| Bens móveis | | 1.608 | 2.084 | Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 2.758.379 | 2.437.694 |
| Intangível | 13.b | 11.848 | 5.043 | | | | |
| Outros intangíveis | | 11.848 | 5.043 | | | | |
| Total do Ativo | | 2.758.379 | 2.437.694 | | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

| | Reservas de Lucros | | | | Ajuste a valor de mercado | Lucros Acumulados | Total |
|--|--------------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------------------|-------------------|----------|
| | Capital Social | Reserva de Capital | Reserva Legal | reservas de lucros | | | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2023 | 135.551 | 35.626 | 27.111 | 32.704 | (3.545) | — | 227.447 |
| Lucro líquido do exercício | — | — | — | — | — | 40.233 | 40.233 |
| Juros sobre o capital próprio (nota 20.d) | — | — | — | — | — | (16.284) | (16.284) |
| Outras reservas de lucros | — | — | — | 23.949 | — | (23.949) | — |
| Ajuste a valor de mercado com títulos e valores mobiliários (nota 6.d) | — | — | — | — | 3.977 | — | 3.977 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 135.551 | 35.626 | 27.111 | 56.653 | 432 | — | 255.373 |
| Saldos em 1º de janeiro de 2024 | 135.551 | 35.626 | 27.111 | 56.653 | 432 | — | 255.373 |
| Distribuição de dividendos complementares (nota 20.d) | — | — | — | (10.000) | — | — | (10.000) |
| Lucro líquido do exercício | — | — | — | — | — | 44.006 | 44.006 |
| Juros sobre o capital próprio (nota 20.d) | — | — | — | — | — | (17.022) | (17.022) |
| Outras reservas de lucros | — | — | — | 26.984 | — | (26.984) | — |
| Ajuste a valor de mercado com títulos e valores mobiliários (nota 6.d) | — | — | — | — | (683) | — | (683) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 135.551 | 35.626 | 27.111 | 73.637 | (251) | — | 271.674 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Junto Seguros S.A. ("Companhia"), tem por objetivo social, as operações de seguros no ramo de danos, operando com foco no ramo de garantia de obrigações contratuais, judicial e fiança locatícia, e possui autorização para operar em todo território nacional. Tem como único acionista a Junto Holding Brasil S.A. ("Controladora") a qual é uma *joint venture*

junto
SEGUROS

FAZEMOS A DIFERENÇA!

Demonstrações Financeiras 2024
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197

3º andar | Curitiba/PR

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

3 RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As análises dessas estimativas incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Classificação dos contratos de seguros (nota explicativa 3.c);
- Prazo do arrendamento (nota explicativa 3.h e 11);
- Provisões técnicas e teste de adequação de passivos (notas explicativas 8 e 17);
- Determinação da vida útil e teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis (nota explicativa 13); e
- Provisões judiciais (nota explicativa 19).

b. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante mensalmente, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cujas expectativas de realização ultrapassem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

Ativos e/ou passivos de impostos de renda e contribuição social diferidos são classificados no não circulante e compensados quando atendido os critérios definidos pelo CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

Ativos e passivos de provisões técnicas estão registrados no circulante e não circulante conforme a respectiva expectativa de realização, atualizada anualmente. Os demais ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

c. Classificação dos contratos de seguro

É classificado como um contrato de seguro, aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do tomador, e obriga-se ao pagamento da indenização ao segurado, caso o tomador não cumpra a obrigação garantida, conforme estabelecido no objeto principal ou em sua legislação específica, respeitadas as condições e limites estabelecidos no contrato de seguro.

O contrato de seguro financeira locatícia se destina a garantir o pagamento de indenização, ao segurado, pelos prejuízos que venha a sofrer em decorrência do inadimplemento das obrigações contratuais do locatário previstas no contrato de locação do imóvel, de acordo com as coberturas contratadas e limites da apólice.

Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguros significativos.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem recursos financeiros com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, possuindo conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

e. Aplicações

A classificação de ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é administrado juntamente com suas características de fluxo de caixa contratuais.

Os títulos e valores mobiliários, detidos em carteira, são classificados nas seguintes categorias de acordo com a intenção da Administração:

(i) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Representados por títulos e valores mobiliários mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado ou vendido, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

Um ativo financeiro é calculado ao VJORA se atender às duas condições abaixo e não for designado como mensurado pelo VJR:

- For mantido em um modelo de negócios que cumpre seu objetivo tanto pela cobrança de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
 - Seus termos contratuais, em datas especificadas, levam a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o principal valor em aberto.
- No reconhecimento inicial de um investimento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar por irrevogavelmente apresentar mudanças subsequentes no valor justo em OPA. A escolha é feita em uma base de instrumento ou instrumento, de acordo com o modelo de negócios. A Companhia tomou essa decisão para o investimento em Ações de companhias abertas detidas em carteira.

(ii) Valor justo por meio do resultado (VJR)

Títulos e valores mobiliários são classificados pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisão de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, sendo contabilizados pelo valor justo por meio do resultado, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

f. Crédito das operações com seguros e resseguros, ativos de resseguro, títulos e créditos a receber e custos de aquisição diferidos

Demonstrados ao valor de custo amortizado decrescidos de quaisquer provisão para perdas por redução ao valor recuperável, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias auferidos até as datas de encerramento dos balanços, combinados com os seguintes aspectos:

- Ativos de resseguro - A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As operações de resseguro são efetuadas com resseguradores locais. Caso sejam identificados indícios de que esses valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos serão ajustados ao seu valor recuperável.
- Comissão diferida de prêmio de resseguro cedido - referem-se a comissão sobre apólices cedidas aos resseguradores, cujo diferimento é realizado de acordo com o prazo de vigência dessas apólices.
- Custo de aquisição diferido - As despesas com comissões de seguros pagas e a pagar para os corretores são diferidas de acordo com o prazo de vigência das apólices.
- Os títulos e créditos a receber são demonstrados ao valor de custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias, auferidos até a data de encerramento dos balanços.

g. Redução ao valor recuperável**Ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros reconhecida publicamente pelo mercado,

descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

(i) Redução ao valor recuperável de aplicações financeiras

Uma provisão para perdas deve ser reconhecida em um valor igual à ECL (sigla para termo em inglês de *Expected Credit Loss*) para 12 meses ou ECL para a vida inteira do instrumento financeiro. Perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas de crédito esperadas resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os ECLs de 12 meses são uma parte das ECLs para a vida inteira que resultam de eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que são possíveis nos 12 meses após a data de apresentação. A Companhia calcula as provisões para perdas com aplicações financeiras como um valor igual ao ECL para a vida inteira, exceto nos casos descritos abaixo, para os quais o valor reconhecido será de ECL de 12 meses:

- Títulos de dívida que são determinados como tendo baixo risco de crédito na data do relatório; e
- Outros instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito não teve um aumento significativo desde o reconhecimento inicial.

Ao determinar se o risco de crédito em um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, a Companhia considera as informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Mensuração da ECL

ECL é uma estimativa ponderada pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas como todos os déficits de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Os principais insumos para a mensuração da ECL são as estruturas de prazo da Probabilidade de Default ("PD", sigla para termo em inglês de *probability of default*), a Exposição no Default ("EAD", sigla para termo em inglês de *exposure at default*) e a Perda em caso de Default ("LGD", sigla para termo em inglês de *loss given default*). A ECL para ativos financeiros, para os quais o risco de crédito não aumentou significativamente, é calculado multiplicando a PD de 12 meses pela respectiva LGD e EAD. A ECL para a vida inteira é calculada multiplicando a PD de toda vida do instrumento financeiro pelas respectivas LGD e EAD.

(ii) Redução ao valor recuperável de prêmios a receber

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo sobre bases de dados históricas de parcelas a receber e dos riscos de inadimplência. O intervalo do estudo é exaustivo o suficiente para o acompanhamento dos valores a receber para que haja estabilidade nos recebimentos (determinação do *workout* da carteira).

Após a definição do *workout*, determinam-se as faixas de atraso a serem estudadas, que se dá pela análise de homogeneidade da perda observada, acrescida de um fator de agravo ou desagravo de *Forward Looking*, com base no comportamento futuro esperado de indicadores macroeconômicos que tiveram forte correlação estatística no comportamento histórico da carteira.

(iii) Redução ao valor recuperável de ativos de resseguro

A redução ao valor recuperável de contas de ativo cuja contraparte seja um ressegurador é calculada a partir do risco de inadimplência do respectivo devedor. O estudo realizado pela Companhia considera o rating de cada ressegurador, para a determinação da PD.

O saldo em aberto na data-base, é multiplicado pela PD definida e pela LGD, que é fundamentada por referências do Basileia II.

Adicionalmente, realiza-se a ponderação sobre a EAD, que considera os valores efetivamente expostos ao risco de crédito na data-base.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

A redução do valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

Com relação à provisão para recuperabilidade de ativos, a Companhia não identificou indícios de que poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

h. Arrendamento

A Companhia figura como arrendatária de contratos de arrendamento e no início de cada um desses contratos, avalia se eles são ou contêm um arrendamento. Um contrato é, ou contém arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso (rubrica de outros valores e bens) e um passivo de arrendamento (como outros débitos) na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, somando-se quando aplicável, quaisquer custos diretos iniciais e estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições previstas contratualmente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo de arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso pode ser objeto de redução ao valor recuperável, bem como ser ajustado por remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental que a Companhia incorreria em uma transação em termos semelhantes ao contrato e ao tipo de ativo.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem, quando aplicável, os seguintes componentes:

- pagamentos fixos e variáveis (que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início);
 - valores que se espera que sejam pagos pela Companhia, de acordo com as garantias de valor residual; e
 - o preço de exercício da opção de compra se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se estimado que a Companhia exercerá a opção de rescindir o arrendamento.
- O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos e remensurado quando há alteração nos pagamentos futuros, decorrentes de alterações nos elementos que compõem o passivo de arrendamento. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, ajusta-se de forma correspondente o valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

i. Investimento

O investimento é inicialmente reconhecido pelo custo, o que inclui os custos de transação. Após o reconhecimento inicial, o investimento é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, reconhecida no resultado da controladora.

j. Imobilizado

O ativo imobilizado compreende equipamentos, móveis e utensílios utilizados na condução dos negócios da Companhia, o qual é demonstrado ao custo.

Os custos do ativo imobilizado são reduzidos por depreciação acumulada até a data-base destas demonstrações. A depreciação dos itens do ativo é calculada segundo o

método linear e conforme a vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

k. Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem marcas e patentes e gastos com desenvolvimento de sistema de computação, demonstrados pelo custo.

Os gastos com desenvolvimento para sistema de computação são reduzidos por amortização acumulada até a data-base destas demonstrações. A amortização dos itens do ativo intangível é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

l. Provisões técnicas e provisões judiciais

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos, combinado com os seguintes aspectos:

- As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentadas em notas técnicas atuariais - NTA.

- A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor bruto dos prêmios de seguro emitidos, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro, correspondente ao período restante de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata dia". A PPNG inclui o valor correspondente aos prêmios estimados dos riscos vigentes, mas não emitidos ("RVNE"), estimada através de triângulo de run-off, de uma base histórica de 60 meses.

- A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída por estimativa de valor a indenizar com base nos avisos de sinistros recebidos, e ajustada, periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas técnicas. Os sinistros objeto de discussão judicial existentes na data do balanço são atualizados e corrigidos monetariamente. A PSL inclui estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, em decorrência de disputas judiciais em curso, sendo constituída com base nas citações de ajuizamento recebidas (considerando as probabilidades de perda fixada pelo jurídico entre provável, possível e remota, conforme as premissas previstas em NTA) e de processos em fase de regulação de sinistros, até a data base das demonstrações financeiras.

- A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas a sinistros e abrange tanto as despesas atribuíveis individualmente a cada sinistro como também as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

- A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída através do método *Chain Ladder* que parte do pressuposto de que a ocorrência histórica dos avisos dos sinistros são indicativos de padrões futuros de aviso de sinistros, tendo como base a experiência própria da Companhia.

- Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações da Companhia para com os segurados.

- Para estimar ajustes de valores relativos a sinistros avisados e que podem sofrer alteração ao longo do processo de regulação é realizado um estudo com base no desenvolvimento histórico dos sinistros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foi necessária a constituição da provisão adicional de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER).

- Teste de Adequação dos Passivos (TAP) é realizado com objetivo de averiguar a adequação do montante registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP. Caso seja identificada qualquer insuficiência, registra-se, imediatamente, uma provisão complementar àquelas já registradas na data do teste, em contrapartida ao resultado do período, primeiramente reduzindo-se as despesas de comercialização diferidas e os ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. O teste foi realizado considerando as determinações da Circular SUSEP nº 648/2021, em linha com o requerido pelo CPC 11. Nos termos dessa norma, foram utilizados dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas, em consistência com as informações presentes no mercado financeiro. Foram apurados os fluxos de caixa estimados para prêmios, sinistros, comissões e despesas, e mensurados na data-base descontando-os através de estrutura a termos da taxa de juros livre de risco (ETTJ) definida pela SUSEP para a curva pré-fixada. Para o fluxo de pagamentos futuros de sinistros foi levado em consideração os dados históricos da Companhia. As premissas consideradas para o cálculo do TAP foram:

| | 2024 |
|--|---------|
| Sinistralidade média (histórico de cinco anos) | 7,67% |
| Despesas administrativas | 22,72% |
| Tributos | 4,65% |
| Outras receitas e despesas operacionais | (0,08)% |
| Despesas não aloáveis/alocáveis aos sinistros | 1,15% |
| Cancelamento | 24,36% |

- O cálculo do TAP não revelou a necessidade de constituição de provisão adicional no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

- Segundo disposto no CPC 25, uma provisão é reconhecida no balanço da Companhia quando existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, ou quando existe uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente devendo ser apenas divulgados em notas explicativas.

m. Benefícios a empregados**Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de aposentadoria complementar

A Companhia é patrocinadora de um plano de aposentadoria complementar para os seus colaboradores, que aderiram ao referido plano, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização, o qual foi instituído em dezembro de 2004. A Companhia é responsável por custear somente as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes.

Participação dos colaboradores nos resultados

A Companhia possui programa de participação nos resultados para seus colaboradores conforme previsto no "Acordo coletivo de trabalho" específico sobre a participação dos empregados, nos Lucros e Resultados da Junto Seguros S.A. Tais despesas são registradas no resultado do período na rubrica "Participações sobre o resultado".

n. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e créditos tributários diferidos

O Imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 mil. Para contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") a alíquota é de 15%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a compensar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou compensados que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.



FAZEMOS A DIFERENÇA!

Demonstrações Financeiras 2024

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33
Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197
3º andar | Curitiba/PR

← continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

o. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

A contabilização dos prêmios de seguros é realizada na data de emissão das apólices ou na data do início de vigência do risco, a que ocorrer primeiro. Os prêmios de seguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguo e resseguo, e as correspondentes despesas/receitas de comercialização são reconhecidas no resultado de acordo com o prazo de vigência das apólices. Os prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas (RVNE) são estimados através de triângulos de run-off, com base nas informações históricas de prêmios emitidos nos últimos 60 meses da Companhia.

p. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente rendimentos sobre fundos de investimentos não exclusivos e títulos de renda fixa privados e públicos, receitas de dividendos e juros sobre o capital recebidos, quando aplicável. Adicionalmente, a Companhia registra em receitas financeiras os ressarcimentos dos juros incorridos das operações de seguros e resseguros.

As despesas financeiras abrangem os juros incorridos e correções monetárias nas operações de seguros e resseguros, e despesas e encargos com tributos.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

4 MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS PRÁTICAS MATERIAIS

a. CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Considerando as exigências da Circular SUSEP nº 678/2022, a Companhia aplicou inicialmente o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2024, no que tange a classificação e mensuração das aplicações financeiras.

i. Ativos financeiros - Classificação

A classificação de ativos financeiros, de acordo com o CPC 48, geralmente é baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é administrado juntamente com suas características de fluxo de caixa contratuais. O CPC 48 inclui três principais categorias de mensuração para ativos financeiros — mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR") — e elimina as categorias anteriores da CPC 38, de investimentos, empréstimos e recebíveis mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda.

Devido os ativos financeiros, constantes na carteira na data de implementação, que foram avaliados quanto as características de pagamento de principal e juros (teste de SPPI), e a gestão do portfólio de investimentos estar alinhada com o modelo de negócio, a Companhia não apurou impactos em seu balanço em relação à reclassificação dos instrumentos financeiros, assim, os ativos financeiros contabilizados como disponíveis para venda foram classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No caso dos fundos de investimentos, manteve-se a mensuração a Valor Justo Por Meio Do Resultado (VJR), conforme demonstrado abaixo:

Em 1 de janeiro de 2024 (data da transição)

| Instrumento Financeiro | Classificação original - CPC 38 | Nova classificação - CPC 48 |
|-----------------------------------|-----------------------------------|---|
| Quotas de fundos de investimentos | Valor justo por meio do resultado | Valor justo por meio do resultado |
| Títulos de renda fixa - Públicos | Disponível para venda | Valor justo por meio de outros resultados abrangentes |
| Letras financeiras | Disponível para venda | Valor justo por meio de outros resultados abrangentes |
| Ações de companhias abertas | Disponível para venda | Valor justo por meio de outros resultados abrangentes |
| DPGE | Disponível para venda | Valor justo por meio de outros resultados abrangentes |

ii. Redução ao valor recuperável (somente para aplicações financeiras)

O CPC 48 substitui o modelo de perda incorrida no CPC 38 por um modelo prospectivo de perda esperada de crédito. Isso exige julgamento sobre como as mudanças nos fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, ("ECLS", sigla para termo em inglês de *expected credit losses*), que serão determinadas com base na probabilidade ponderada.

O novo modelo de redução ao valor recuperável passou a ser aplicado aos ativos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado e investimentos de dívida ao VJORA, conforme descrito em nota explicativa nº 3.g.

Impacto

O reconhecimento de provisões para perdas adicionais na adoção do CPC 48 refere-se principalmente a investimentos de dívida mensurados ao VJORA, excluindo os títulos públicos e os instrumentos garantidos pelo FGC, para os quais a Companhia possui estudo que suporta a não constituição de ECL. Com base nos estudos realizados, não observou-se mudanças na posição patrimonial do exercício comparativo e atual.

b. Circular SUSEP nº 678/2022

i. Redução ao valor recuperável (RVR) de prêmios a receber

Com vigência no exercício de 2024, a referida circular modificou os critérios para cálculo da redução ao valor recuperável de prêmios a receber, que passa a ser constituída:

- preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos; ou
- a partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que está opção seja mais aderente.

A Companhia aprimorou o seu estudo técnico, para contemplar:

- Indicação dos agrupamentos de prêmios a receber utilizados pela sociedade seguradora para fins de constituição de RVR;
- dados históricos por agrupamento utilizados no cálculo da probabilidade de inadimplência; e
- variáveis econômicas utilizadas no cálculo da probabilidade de inadimplência, se utilizada.

O estudo é atualizado, no mínimo, nas datas-bases de elaboração das demonstrações financeiras.

ii. Redução ao valor recuperável de ativos com ressegurador

A Circular SUSEP nº 678/2022 passou a exigir que a redução ao valor recuperável de contas de ativo cuja contraparte seja um ressegurador ou um retrocessionário passe a ser calculada a partir do risco de inadimplência de cada contraparte. Considera-se para cálculo do risco de inadimplência, no mínimo:

- análise de perdas com o ressegurador/retrocessionário;
- análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador/retrocessionário;
- eventuais divergências ou litígios referentes à cobertura do contrato de resseguo ou retrocessão que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado.

Considerando os novos requerimentos aplicados aos estudos supracitados, houve uma reversão de despesa no resultado do exercício de R\$ 297 (R\$ 178 líquido dos efeitos tributários).

c. Novas normas ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis e normativos a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas demonstrações financeiras.

i. CPC 50 - Contratos de seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do referido pronunciamento técnico é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendada pela SUSEP.

ii. Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a emenda constitucional 132 que estabelece as bases para a Reforma Tributária. O principal efeito da aprovação é a unificação, a partir de 2033, de cinco tributos - ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS - em uma cobrança única, que será dividida entre os níveis federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços) e estadual/municipal (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). O texto aprovado necessita de regulamentação que se dará através da emissão de leis complementares que serão avaliadas e adotadas pela Companhia quando divulgadas pela Receita Federal do Brasil.

5 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco operacional;
- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Em conformidade com as disposições regulatórias vigentes, apresentamos a seguir as informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação dos riscos acima mencionados.

Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar (ou mitigar) perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte no planejamento das atividades e dos negócios, maximizando a

utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, buscando adequação dos níveis de riscos aos objetivos estratégicos estabelecidos, os quais estão norteados pela regulamentação vigente, melhores práticas internacionais e políticas corporativas.

O processo de gerenciamento de riscos está institucionalizado, através da sua governança corporativa, a qual abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios, áreas operacionais e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos, os quais destacamos (porém, não se limitando a estes):

- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Elaboração, revisão e implementação de políticas e manuais de procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais, adequação de controles e procedimentos para tratamento e mitigação dos riscos identificados;
- Monitoramento do banco de dados de perdas operacionais, ações corretivas para reversão das perdas e mitigação/eliminação da causa raiz;
- Plano de continuidade de negócios; e
- Programa de treinamento de Compliance com ênfase aos temas de controles internos, gestão de riscos, código de ética, prevenção à lavagem de dinheiro, anticorrupção, proteção de dados, segurança da informação e demais temas correlacionados e previstos em legislação e regulatória vigentes.

Estrutura de Gerenciamento de riscos

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na Estrutura de Gestão de Riscos, proporcional e compatível com a natureza, escala e complexidade de suas operações, bem como adequada com o seu Sistema de Controles Internos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação, mensuração, mitigação e monitoramento dos riscos.

A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do Value at Risk (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de banco de dados de perdas operacionais, análises de resultados de testes e controles, auditorias, buscando a integração com as análises estratégicas na gestão dos riscos.

Para assegurar o processo de gerenciamento de riscos com o seu ambiente de governança corporativa, a Companhia conta com as seguintes comissões/comitês que existem dentro da estrutura de Grupo no qual faz parte:

- Comitê de subscrição:** constituído por um grupo técnico multidisciplinar para discutir e deliberar sobre os riscos de subscrição de maior complexidade e com importância segura que requer uma análise operacional, comercial e técnica adequadas ao apetite de riscos da Companhia.
- Comitê de deliberações do jurídico e sinistro:** constituído para deliberar na análise técnica e na tomada de decisões no tocante as expectativas de sinistros, sinistros e aos processos judiciais que sejam relativos às apólices emitidas pela Companhia.
- Comitê de auditoria:** reporta-se ao Diretor Presidente e à Assembleia Geral e possui atribuições para revisar as demonstrações financeiras à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos com base na regulamentação vigente e das políticas internas; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Diretor Presidente o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.
- Comitê de crédito:** constituído por um grupo técnico multidisciplinar para discutir e deliberar sobre os limites de crédito a serem concedidos ou alterados para clientes e potenciais clientes que requer uma análise operacional, comercial e técnica adequadas ao apetite de riscos da Companhia.
- Grupo de trabalho de investimentos:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos de investimentos, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho da carteira de investimentos e propor, para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as diretrizes de investimentos para os ativos da Companhia.
- Comissão executiva:** composto por membros da Diretoria Estatutária, cabe a esta comissão zelar pela qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições multidisciplinares para deliberar sobre temas de relevância, atrelados ao ambiente corporativo e de negócios, assim sendo, também é parte dessa comissão a deliberação de matérias relacionadas ao ambiente de controles internos, tais como prevenção ao crime de Lavagem de Dinheiro, Código de Ética e Conduta, Plano de Compliance e demais temas correlacionados.
- Reuniões executivas de riscos:** acontecem individualmente ou em grupo, normalmente a composição é por um grupo multidisciplinar, inclusive por Diretor e membro do Conselho de Administração, que se reúne periodicamente para analisar, debater e promover recomendações que possam colaborar na eficiência da gestão e estrutura de riscos, bem como na avaliação do sistema de controles internos, conforme melhores práticas e disposições regulatórias vigentes. É parte dessas comissões o acompanhamento dos planos de ações referente as eventuais recomendações e apontamentos oriundos dos relatórios das auditorias internas e externas, sob forma de assegurar a conformidade com o apetite de riscos da Companhia e seu ambiente de governança corporativa.
- Comissão de segurança da informação e privacidade:** composto por um grupo de trabalho multidisciplinar com o objetivo de estudar, recomendar e assessorar a Diretoria Executiva em relação à execução das diretrizes de segurança da informação, bem como disseminar a cultura e o engajamento dos colaboradores e dos fornecedores de bens e serviços da Junto na conformidade com o programa de segurança da informação e privacidade, conforme melhores práticas e disposições regulatórias vigentes.

Além dessas Comissões e Comitês, a Companhia possui um departamento de auditoria interna o qual é fundamental na estrutura de governança corporativa, pois sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para a avaliação dos controles internos e de gestão de riscos adequadas ao perfil da Companhia. A auditoria interna possui um calendário de avaliação seguindo uma agenda regulatória e operacional, atrelada ao modelo de negócio, sendo que suas atividades de revisões, análises, recomendações, pareceres e demais informações relativas ao ambiente institucional ratificando o cumprimento das suas atribuições e responsabilidades dentro Companhia, com total segregação e isenção.

a. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, e aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente oriundos do relacionamento de negócios, excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.

Controle de risco operacional

Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Compliance para evitar (ou mitigar) a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não da conformidade com as normas, procedimentos e políticas internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, cuja matriz de riscos corporativos é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles, planos de ações e melhorias implantadas de forma institucional/corporativa.

b. Risco de subscrição

O gerenciamento de risco de subscrição é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros destes ramos.

A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros seja maior do que a estimada. O risco de seguro geral inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Os departamentos técnicos desenvolveram mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições a riscos de seguros acumulados para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco no âmbito do negócio por região, baseado no valor dos Prêmios emitidos diretos.

| | 2024 | | 2023 | |
|---------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|
| | Prêmio emitido direto | % | Prêmio emitido direto | % |
| Sudeste | 674.937 | 82,35% | 611.048 | 84,56% |
| Sul | 101.148 | 12,34% | 67.523 | 9,34% |
| Nordeste | 31.300 | 3,82% | 27.265 | 3,77% |
| Centro-oeste | 4.218 | 0,52% | 11.107 | 1,54% |
| Norte | 7.951 | 0,97% | 5.703 | 0,79% |
| Totais | 819.554 | 100% | 722.646 | 100% |

O prêmio emitido direto, demonstrado acima, reconcilia com o prêmio emitido líquido da demonstração do resultado da seguinte forma:

| | 2024 | 2023 |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
| Prêmio emitido direto | 819.554 | 722.646 |
| Prêmio líquido de cosseguo aceito | 6.780 | 12.251 |
| Prêmio líquido de cosseguo cedido | (178.306) | (85.008) |
| RVNE | 2.656 | 9.746 |
| Prêmios emitidos líquidos | 650.684 | 659.635 |

Estratégia de subscrição

A Companhia é especializada e oferece seguros no ramo de seguro garantia e fiança locatícia e tem como objetivo investir em novos e melhores processos de seleção de riscos, precificação e acredita que as técnicas de subscrição de riscos empregadas oferecem vantagem na identificação e seleção dos riscos sobre os contratos de seguros assumidos. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas através de políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

Estratégia de resseguo

Como forma de reduzir o risco definiu-se a política de resseguo, a qual é revisada, no mínimo, anualmente. Dessa definição constam: os riscos a resseguo, lista dos resseguradores e grau de concentração.

Os contratos de resseguo firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados, além de contratos facultativos para determinadas circunstâncias.

Demonstrações Financeiras 2024
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

FAZEMOS A DIFERENÇA!

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197

3º andar | Curitiba/PR

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

Resultados do teste de sensibilidade

Passivos atuariais

No teste de sensibilidade foram projetados os passivos atuariais e demonstrado o impacto de uma mudança razoavelmente possível quando do aumento e redução nas taxas de juros, aumento nas despesas administrativas e na sinistralidade. Os resultados do teste estão apresentados a seguir.

| Sensibilidade | Total de Provisão de Sinistros | Valor Presente Sinistros Passados(*) | Sensibilidade Sinistros Passados(*) | Total PPNG líquida da DCD | Valor Presente PPNG Sinistros Futuros | Sensibilidade Sinistros Futuros | Ajustes Passivos atuariais (PCC) |
|---------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------|---------------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|
| (1) Cenário Base | 386.329 | 312.927 | (73.402) | 984.940 | 259.601 | (725.339) | - |
| (2) Sinistralidade + 10pp | 386.329 | 312.927 | (73.402) | 984.940 | 328.835 | (656.105) | - |
| (3) Despesas + 10% | 386.329 | 312.927 | (73.402) | 984.940 | 332.212 | (652.728) | - |
| (4) Juros - 10% | 386.329 | 318.494 | (67.835) | 984.940 | 265.601 | (719.339) | - |
| (5) Juros + 10% | 386.329 | 307.634 | (78.695) | 984.940 | 253.878 | (731.062) | - |

(*) Sinistros passados: reserva total necessária na data-base, relativa a sinistros que já ocorreram (inclui IBNR e PDR). A sensibilidade de sinistralidade não afeta o valor presente dos sinistros passados.

(1) Líquida de DCD e Ativos Intangíveis

(2) Acréscimo de 10pp na Sinistralidade

(3) Acréscimo de 10% nas Despesas Administrativas

(4) Decréscimo de 10% na taxa de juros utilizada no desconto dos fluxos de Sinistros Passados e Sinistros Futuros.

(5) Acréscimo de 10% na taxa de juros utilizada no desconto dos fluxos de Sinistros Passados e Sinistros Futuros

Limitações da análise de sensibilidade

Os quadros acima demonstram o efeito no resultado, passivo e no patrimônio líquido, de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas, pois, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são gerenciados e altamente controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado e conforme os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste período, na primeira linha do quadro a seguir, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que são obtidas informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros que são avisadas a Companhia. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Incluem-se as provisões para despesas relacionadas (PDR), deduzido o cosseguro.

Sinistro bruto de resseguro

| Montante de sinistros incorridos | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | Total |
|----------------------------------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|
| No ano de ocorrência | 378.365 | 34.184 | 35.084 | 16.701 | 7.701 | 16.466 | 5.734 | 3.783 | 31.952 | 22.815 | 26.561 | 26.561 |
| Um ano após ocorrência | 404.099 | 37.599 | 39.567 | 27.216 | 22.431 | 23.353 | 11.491 | 10.738 | 58.630 | 38.437 | - | 38.437 |
| Dois anos após ocorrência | 424.648 | 40.739 | 63.098 | 36.001 | 22.957 | 23.663 | 12.282 | 13.130 | 74.224 | - | - | 74.224 |
| Três anos após ocorrência | 426.109 | 41.516 | 67.711 | 36.615 | 23.416 | 24.590 | 13.943 | 14.339 | - | - | - | 14.339 |
| Quatro anos após ocorrência | 426.842 | 42.337 | 67.913 | 37.336 | 24.654 | 24.723 | 14.084 | - | - | - | - | 14.084 |
| Cinco anos após ocorrência | 429.686 | 42.431 | 67.924 | 38.651 | 24.949 | 24.881 | - | - | - | - | - | 24.881 |
| Seis anos após ocorrência | 430.645 | 42.455 | 68.047 | 38.712 | 24.952 | - | - | - | - | - | - | 24.952 |
| Sete anos após ocorrência | 430.969 | 42.455 | 68.049 | 38.724 | - | - | - | - | - | - | - | 38.724 |
| Oito anos após ocorrência | 431.010 | 42.459 | 68.061 | - | - | - | - | - | - | - | - | 68.061 |
| Nove anos após ocorrência | 431.055 | 42.464 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 42.464 |
| Dez anos após ocorrência | 431.154 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 431.154 |

Estimativa dos sinistros

| na data-base | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | Total |
|----------------------------------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|
| na data-base | 431.154 | 42.464 | 68.061 | 38.724 | 24.952 | 24.881 | 14.084 | 14.339 | 74.224 | 38.437 | 26.561 | 797.881 |
| Pagamento de sinistros efetuados | 155.098 | 32.713 | 44.334 | 37.349 | 23.229 | 19.028 | 12.991 | 13.096 | 69.072 | 34.596 | 24.654 | 466.160 |
| Sinistros Pendentes (a) | 276.056 | 9.751 | 23.727 | 1.375 | 1.723 | 5.853 | 1.093 | 1.243 | 5.152 | 3.841 | 1.907 | 331.721 |

(a) Não foram considerados no desenvolvimento as provisões de despesas relacionadas de IBNR R\$ 6.763

Sinistro líquido de resseguro

| Montante de sinistros incorridos | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | Total |
|----------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|-------|--------|--------|--------|--------|
| No ano de ocorrência | 47.395 | 22.430 | 13.686 | 8.465 | 4.662 | 8.611 | 4.332 | 2.373 | 14.815 | 10.617 | 13.605 | 13.605 |
| Um ano após ocorrência | 57.160 | 24.216 | 16.371 | 12.610 | 10.759 | 12.795 | 7.526 | 6.376 | 27.286 | 18.199 | - | 18.199 |
| Dois anos após ocorrência | 65.545 | 26.196 | 20.780 | 17.303 | 11.279 | 13.104 | 8.226 | 8.164 | 31.672 | - | - | 31.672 |
| Três anos após ocorrência | 65.881 | 26.627 | 23.516 | 17.643 | 11.733 | 13.977 | 9.110 | 8.779 | - | - | - | 8.779 |
| Quatro anos após ocorrência | 66.307 | 27.076 | 23.631 | 18.052 | 11.845 | 14.074 | 9.249 | - | - | - | - | 9.249 |
| Cinco anos após ocorrência | 67.817 | 27.160 | 23.641 | 18.513 | 12.140 | 14.202 | - | - | - | - | - | 14.202 |
| Seis anos após ocorrência | 68.345 | 27.182 | 23.765 | 18.574 | 12.143 | - | - | - | - | - | - | 12.143 |
| Sete anos após ocorrência | 68.478 | 27.182 | 23.766 | 18.586 | - | - | - | - | - | - | - | 18.586 |
| Oito anos após ocorrência | 68.501 | 27.186 | 23.773 | - | - | - | - | - | - | - | - | 23.773 |
| Nove anos após ocorrência | 68.525 | 27.191 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 27.191 |
| Dez anos após ocorrência | 68.617 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 68.617 |

Estimativa dos sinistros

| na data-base | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | Total |
|----------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|-------|--------|--------|--------|---------|
| na data-base | 68.617 | 27.191 | 23.773 | 18.586 | 12.143 | 14.202 | 9.249 | 8.779 | 31.672 | 18.199 | 13.605 | 246.016 |
| Pagamento de sinistros efetuados | 46.790 | 19.854 | 18.668 | 17.819 | 10.980 | 11.119 | 8.249 | 8.040 | 29.616 | 15.994 | 12.615 | 199.744 |
| Sinistros Pendentes (a) | 21.827 | 7.337 | 5.105 | 767 | 1.163 | 3.083 | 1.000 | 739 | 2.056 | 2.205 | 990 | 46.272 |

(a) Não foram considerados no desenvolvimento as provisões de despesas relacionadas de IBNR R\$ 1.900

c. Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

Gerenciamento de risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras.

Controle de risco de crédito

Atualmente, a principal exposição ao risco de crédito se limita ao risco soberano pela exposição ao governo federal via títulos públicos e ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) via Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE).

O quadro abaixo apresenta a composição do portfólio financeiro da Companhia e seus ratings em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

| Rating | 31 de dezembro de 2024 | | | | | Sem Classificação | Total |
|-----------------------------|------------------------|------------|---------------|----------------|---|-------------------|----------------|
| | AAA | AA+ | AA- | BB+ | | | |
| Títulos Públicos (a) | - | - | - | 472.415 | - | - | 472.415 |
| DPGE | - | - | 30.844 | - | - | - | 30.844 |
| Ações de companhias abertas | - | 619 | - | - | - | - | 619 |
| Fundos de investimento | - | - | - | - | - | 26.065 | 26.065 |
| Total | - | 619 | 30.844 | 472.415 | - | 26.065 | 529.943 |
| Representatividade | 0% | 0% | 6% | 89% | - | 5% | 100% |

| Rating | 31 de dezembro de 2023 | | | | | Sem Classificação | Total |
|-----------------------------|------------------------|---------------|------------|----------------|---|-------------------|----------------|
| | AAA | A | A- | BB | | | |
| Títulos Públicos (a) | - | - | - | 452.070 | - | - | 452.070 |
| DPGE | - | 27.382 | - | - | - | - | 27.382 |
| Letras financeiras | 8.084 | - | - | - | - | - | 8.084 |
| Ações de companhias abertas | - | - | 659 | - | - | - | 659 |
| Fundos de investimento | - | - | - | - | - | 41.900 | 41.900 |
| Total | 8.084 | 27.382 | 659 | 452.070 | - | 41.900 | 530.095 |
| Representatividade | 2% | 5% | 0% | 85% | - | 8% | 100% |

(a) Considerado o rating soberano na escala internacional para os títulos públicos.

Exposições ao risco de seguro

A Companhia está exposta a perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador da apólice, dos compromissos financeiros por ele assumidos quando da emissão de um seguro. Com o objetivo de mitigar tais riscos de crédito e consequentemente diminuir a probabilidade de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber, a Companhia realiza um processo de avaliação dos tomadores, como parte de sua metodologia para análise de crédito, fazendo uso de critérios quantitativos e qualitativos desse tomador e o grupo econômico em que ele está inserido.

A Companhia também possui exposição relacionada a concentrações de risco com resseguradoras, devido à natureza do mercado

de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia gerencia as exposições às resseguradoras, avaliando regularmente e limitando os impactos de eventuais inadimplências. A Companhia opera substancialmente com a resseguradora local do Grupo (99,4% do saldo em exposição), com classificação de risco A- pela escala internacional da AMBest e brAAA pela Standard & Poor's.

O saldo a recuperar com resseguradoras é de R\$ 16.868 (R\$ 12.675 em 31 de dezembro de 2023), e o saldo de ativo de resseguro - provisões técnicas (sinistros) é de R\$ 317.136 (R\$ 318.654 em 31 de dezembro de 2023).

d. Risco de liquidez

A companhia possui forte posição de liquidez que é mantida por meio de política de gerenciamento de liquidez para manter recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Administração e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. As prerrogativas consideradas pela Companhia para o monitoramento deste risco estão descritas no Manual de Procedimentos de Liquidez e na Nota Técnica de Appetite a Riscos da Companhia, cujos documentos possuem sinergia com o disposto nas Resoluções CNSP 416/2021 e 432/2021. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Companhia a liquidar as operações de modo seguro. Os principais diretrizes a serem consideradas para a gestão do risco são:

- Política de Investimentos compatível com o perfil de risco da companhia;
- Projeção futura dos passivos, visando a cobertura correta sobre cenários de estresse;
- Monitoramento e projeção mensal dos ativos vinculados ante os passivos a serem cobertos; e
- Monitoramento da cobertura do PLA ante o Capital Mínimo Requerido. Conforme descrito em Nota Técnica Atuarial, a Companhia entende como um patamar estável de suficiência o índice de 230%, representado pela relação entre a suficiência de PLA frente ao CMR (nota explicativa 21).

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é avaliado pela conciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos é suficiente para suprir as demandas de liquidez.

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. Conforme estabelecido em Nota Técnica Atuarial, o limite técnico de segurança utilizado para 31 de dezembro de 2024 foi de 10% do Capital Mínimo Requerido.

Gerenciamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Em conformidade pelo disposto nas Resoluções CNSP 416/2021 e 432/2021, a Companhia adota os processos de estudo da evolução dos passivos por meio do teste de adequação dos passivos e conduz o estudo do casamento entre seus fluxos de ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos.

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento como a análises de sensibilidade, e verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros) e casamento de ativos e passivos. Além disso, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) é realizado, semestralmente, como objetivo de averiguar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP. A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

| | Fluxo de ativos (i) | Fluxo de Passivos (ii) |
|-------------------------|---------------------|------------------------|
| Fluxo de 0 a 6 meses | 520.412 | 440.415 |
| Fluxo de 6 a 12 meses | 50.069 | 37.841 |
| Fluxo de 12 a 60 meses | 1.048.192 | 722.962 |
| Fluxo acima de 60 meses | 26.283 | 26.190 |
| Total | 1.644.956 | 1.227.407 |

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base no fluxo de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos das operações com seguros e resseguros e ativos de resseguros.

(ii) O fluxo de passivos considera os débitos das operações com seguros e resseguros e as provisões técnicas.

Gerenciamento de capital

A abordagem de gerenciamento de capital da Companhia é orientada pelas suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação, o ambiente econômico e comercial em que se opera.

É objetivo da Companhia manter uma base de capital forte para suportar o desenvolvimento dos seus negócios e para atender os requisitos regulamentares de capital em todos os momentos.

O gerenciamento de capital da Companhia incorpora uma série de medidas diferentes de capital e inclui o capital investido e o regulatório, definidos como:

- Capital investido é definido como o capital investido na Companhia pelos seus acionistas; e
- Capital regulatório é o capital que a Companhia é obrigada a manter conforme determinado pela regulamentação vigente (nota explicativa 21).

e. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos resultados da Companhia.

Gerenciamento de risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Controle de risco de mercado

A exposição ao risco de mercado das carteiras da Companhia corresponde substancialmente aos seus investimentos em fundos de investimento. A alocação em renda variável se faz pela participação em ações do IBR, focado principalmente em dividendos com perspectivas de longo prazo. No controle de risco de mercado utiliza-se do VaR paramétrico com intervalo de confiança de 95% e testes de estresse que simulam diversos cenários como, por exemplo, aqueles usados pela B3 S.A. para cálculo de margens.

Exposição ao risco de mercado

Atualmente, a exposição ao risco de mercado se limita substancialmente às taxas de juros básicas, que impactam diretamente os títulos públicos, as letras financeiras, os investimentos em DPGEs e a participação em ações do IBR.

Ativos financeiros

Apresentamos abaixo a análise de sensibilidade de instrumentos financeiros, excluindo as aplicações em fundos de investimentos e em ações que a Companhia possui do IBR, considerando cada tipo de risco e percentuais de deterioração, a saber:

Demonstrações Financeiras 2024
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

FAZEMOS A DIFERENÇA!

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197

3º andar | Curitiba/PR

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

| | 31 de dezembro de 2023 | | | | | |
|--|----------------------------------|----------------|----------------|------------------|----------------------|-------------|
| | Taxa de juros contratada (média) | Valor contábil | Valor justo | Custo atualizado | Ajuste a valor justo | % |
| Quotas de fundos de investimentos renda fixa | - | 41.900 | 41.900 | 41.900 | - | 8% |
| Mensuradas ao VJR | | 41.900 | 41.900 | 41.900 | - | 8% |
| LFT | 100% SELIC | 348.118 | 348.118 | 347.895 | 224 | 66% |
| LTN | Pré: 5,4% a 10,3% | 93.258 | 93.258 | 93.032 | 226 | 18% |
| NTN-F | Pré: 10,6% | 10.694 | 10.694 | 10.495 | 199 | 2% |
| Letras financeiras | CDI + 0,75% | 8.084 | 8.084 | 8.083 | 1 | 2% |
| DPGE | 110% CDI DI + 1,3% | 27.382 | 27.382 | 27.313 | 69 | 5% |
| Ações de Companhias abertas | - | 659 | 659 | 659 | - | 0% |
| Mensuradas ao VJORA | | 488.195 | 488.195 | 487.477 | 719 | 92% |
| Total de aplicações | | 530.095 | 530.095 | 529.377 | 719 | 100% |

b. Aplicações financeiras por prazo e por título

| | 31 de dezembro de 2024 | | | | |
|-----------------------------------|------------------------|----------------|------------------------|-------------------------------|---------------------------|
| | Valor Contábil | Sem vencimento | Vencimento até 6 meses | Vencimento de 6 meses a 1 ano | Vencimento acima de 1 ano |
| Quotas de fundos de investimentos | 26.065 | 26.065 | - | - | - |
| Títulos de renda fixa - Públicos | 472.415 | - | 59.285 | 22.287 | 390.843 |
| Ações de Companhias abertas | 619 | 619 | - | - | - |
| DPGE | 30.844 | - | 8.697 | 22.147 | - |
| Total | 529.943 | 26.684 | 67.982 | 44.434 | 390.843 |

| | 31 de dezembro de 2023 | | | | |
|-----------------------------------|------------------------|----------------|------------------------|-------------------------------|---------------------------|
| | Valor Contábil | Sem vencimento | Vencimento até 6 meses | Vencimento de 6 meses a 1 ano | Vencimento acima de 1 ano |
| Quotas de fundos de investimentos | 41.900 | 41.900 | - | - | - |
| Títulos de renda fixa - Públicos | 452.070 | - | 43.481 | 51.127 | 357.462 |
| Letras financeiras | 8.084 | - | 8.084 | - | - |
| Ações de Companhias abertas | 659 | 659 | - | - | - |
| DPGE | 27.382 | - | - | - | 27.382 |
| Total | 530.095 | 42.559 | 51.565 | 51.127 | 384.844 |

c. Movimentação aplicações financeiras

| | 31 de dezembro de 2024 | | | | | |
|-----------------------------------|------------------------|----------------|------------------|---------------|-----------------------|----------------|
| | Saldo inicial | Aplicação | Resgate | Rendimento | Ajuste ao valor justo | Saldo final |
| LFT | 348.118 | 285.860 | (267.739) | 41.777 | 7 | 408.023 |
| LTN | 93.258 | - | (43.499) | 5.152 | (230) | 54.681 |
| NTN-F | 10.694 | - | (992) | 1.043 | (1.034) | 9.711 |
| Quotas de fundos de investimentos | 41.900 | 100.020 | (118.888) | 3.033 | - | 26.065 |
| Letras financeiras | 8.084 | - | (8.136) | 53 | (1) | - |
| Ações de Companhias abertas (a) | 659 | - | - | (40) | - | 619 |
| DPGE | 27.382 | - | - | 3.342 | 120 | 30.844 |
| Total | 530.095 | 385.880 | (439.254) | 54.360 | (1.138) | 529.943 |

| | 31 de dezembro de 2023 | | | | | |
|-----------------------------------|------------------------|----------------|------------------|---------------|-----------------------|----------------|
| | Saldo inicial | Aplicação | Resgate | Rendimento | Ajuste ao valor justo | Saldo final |
| LFT | 314.234 | 296.810 | (303.028) | 40.045 | 57 | 348.118 |
| LTN | 122.909 | - | (44.144) | 8.783 | 5.710 | 93.258 |
| NTN-F | 9.869 | - | (991) | 1.025 | 791 | 10.694 |
| Quotas de fundos de investimentos | 22.295 | 91.690 | (75.836) | 3.751 | - | 41.900 |
| Letras financeiras | - | 7.186 | - | 897 | 1 | 8.084 |
| Ações de Companhias abertas (a) | 376 | - | - | 283 | - | 659 |
| DPGE | 9.629 | 25.000 | (9.684) | 2.368 | 69 | 27.382 |
| Total | 479.312 | 420.686 | (433.683) | 57.152 | 6.628 | 530.095 |

(a) Em 30 de junho de 2022, a Companhia reconheceu uma redução ao valor recuperável do referido instrumento financeiro classificado como VJORA, uma vez que identificou os elementos previstos na norma de declínio significativo e prolongado do valor de mercado, inclusive inferior ao valor de custo. Por esse motivo, reclassificou o saldo de ajuste ao valor justo anteriormente registrado no patrimônio líquido para o resultado daquele exercício. Em 2024, a variação do valor justo de R\$ (40) (R\$ 283 em 2023) foi reconhecida no resultado, como um ganho/(perda) na redução ao valor recuperável, considerando que os cenários de imparidade permanecem nas respectivas datas-bases.

d. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- **Nível 1** - Títulos com cotação em mercado ativo;
- **Nível 2** - Títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável mediante a utilização de modelos reconhecidos e utilizados pelo mercado;
- **Nível 3** - Títulos que não possuem seu valor justo determinado com base em um mercado observável (modelos de precificação interna na Companhia).

| | 2024 | | | 2023 | | |
|--|----------------|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Total |
| Mensuradas ao VJR | | | | | | |
| Quotas de fundos de investimentos renda fixa | - | 26.065 | 26.065 | - | 41.900 | 41.900 |
| Mensuradas ao VJORA | | | | | | |
| LFT | 408.023 | - | 408.023 | 348.118 | - | 348.118 |
| NTN-F | 9.711 | - | 9.711 | 10.694 | - | 10.694 |
| LTN | 54.681 | - | 54.681 | 93.258 | - | 93.258 |
| Letras financeiras | - | - | - | 8.084 | - | 8.084 |
| Ações de Companhias abertas | 619 | - | 619 | 659 | - | 659 |
| DPGE | - | 30.844 | 30.844 | - | 27.382 | 27.382 |
| Total | 473.034 | 56.909 | 529.943 | 460.813 | 69.282 | 530.095 |

O valor de mercado dos títulos públicos federais e de alguns títulos privados é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

O fundo de investimento renda fixa se destina a receber recursos exclusivamente de sociedades seguradoras, de capitalização, entidades abertas e previdência complementar e resseguradoras locais, e sua carteira é composta substancialmente por títulos públicos e valorizados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos.

As ações de Companhia aberta tiveram seus valores de mercado obtido a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3).

Os DPGEs tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pelo custodiante.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7 CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a. Prêmios a receber - Seguros

| | 31 de dezembro de 2024 | | | | 31 de dezembro de 2023 | | | |
|---------------------------------|------------------------|---------------|----------------------------|----------------|------------------------|---------------|----------------------------|----------------|
| | Prêmios a receber | Prêmios RVNE | Provisão Riscos de crédito | Total | Prêmios a receber | Prêmios RVNE | Provisão Riscos de crédito | Total |
| Ramos | | | | | | | | |
| Fiança locatícia | 6.071 | 863 | (34) | 6.900 | 2.597 | 417 | (3) | 3.011 |
| Garantia Judicial | - | 15 | - | 15 | - | 22 | - | 22 |
| Garantia segurado setor público | 632.229 | 25.398 | (15.287) | 642.340 | 544.650 | 24.711 | (8.226) | 561.135 |
| Garantia segurado setor privado | 153.078 | 21.740 | (2.490) | 172.328 | 55.588 | 20.210 | (1.650) | 74.148 |
| Total | 791.378 | 48.016 | (17.811) | 821.583 | 602.835 | 45.360 | (9.879) | 638.316 |

Prêmios a receber - por vencimento

| | 2024 | 2023 |
|-----------------------|---------------|---------------|
| Vencidos | | |
| entre 1 e 60 dias | 19.460 | 22.212 |
| entre 61 e 120 dias | 13.145 | 4.791 |
| entre 121 e 180 dias | 5.037 | 5.755 |
| entre 181 e 365 dias | 7.222 | 3.705 |
| acima de 365 dias | 10.556 | 8.554 |
| Total vencidos | 55.420 | 45.017 |

A vencer

| | 2024 | 2023 |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| entre 1 e 60 dias | 107.045 | 89.786 |
| entre 61 e 120 dias | 51.657 | 42.886 |
| entre 121 e 180 dias | 78.364 | 60.325 |
| entre 181 e 365 dias | 78.565 | 94.936 |
| acima de 365 dias | 420.327 | 269.885 |
| Total a vencer | 735.958 | 557.818 |
| Total vencidos e a vencer | 791.378 | 602.835 |

O prazo médio ponderado de parcelamento é de 2 anos e 3 meses, considerando uma média aritmética ponderada entre a data de vencimento das parcelas do contas a receber, a data de emissão da apólice e o prêmio a receber.

Prêmios a receber - Movimentação

| | 2024 | 2023 |
|---|----------------|----------------|
| Saldo inicial | 638.316 | 506.863 |
| Prêmios emitidos | 1.158.553 | 949.756 |
| Adicional de fracionamento | 1.559 | 788 |
| Prêmios cancelados | (212.060) | (147.597) |
| RVNE | 2.656 | 9.747 |
| Recebimentos | (759.038) | (677.167) |
| Constituição provisão de redução ao valor recuperável incluindo perda efetiva | (8.403) | (4.074) |
| Saldo final | 821.583 | 638.316 |

b. Operações com seguradoras e resseguradoras

As operações com seguradoras são compostas por saldos de comissões de corretagem de cosseguro cedido e totalizam R\$ 53.479 (R\$ 32.288 em 2023). As operações com resseguradoras são compostas por restituições de prêmio líquido de comissão e de sinistros pagos a serem recuperados dos resseguradores, que totalizam R\$ 16.868 (R\$12.675 em 2023).

c. Outros créditos operacionais

| | 2024 | 2023 |
|---|------------|------------|
| Comissões a recuperar e ressarcimentos de sinistros | 1.155 | 759 |
| Provisão do valor recuperável de outros créditos | (698) | (612) |
| Total | 457 | 147 |

8 ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos de resseguro referem-se aos prêmios de resseguros diferidos que são constituídos pelo valor dos prêmios cedidos em resseguro, correspondente ao período restante de cobertura do risco, e pela provisão de recuperação de sinistros e IBNR do ramo garantia e fiança locatícia.

a. Prêmios de resseguros diferidos

| | 31 de dezembro de 2024 | | |
|--|------------------------|------------------|----------------|
| | PPNG | DCD | PPNG Líquida |
| Ramos | | | |
| Fiança locatícia | 13.804 | (5.751) | 8.053 |
| Garantia segurado setor público | 943.751 | (363.259) | 580.492 |
| Garantia segurado setor privado | 125.593 | (51.383) | 74.210 |
| Subtotal | 1.083.148 | (420.393) | 662.755 |
| Contrato de resseguro-garantia de excesso de danos | 16.328 | - | 16.328 |
| Total | 1.099.476 | (420.393) | 679.083 |

| | 31 de dezembro de 2023 | | |
|--|------------------------|------------------|----------------|
| | PPNG | DCD | PPNG Líquida |
| Ramos | | | |
| Fiança locatícia | 5.964 | (2.426) | 3.538 |
| Garantia segurado setor público | 887.901 | (345.505) | 542.396 |
| Garantia segurado setor privado | 76.149 | (31.768) | 44.381 |
| Subtotal | 970.014 | (379.699) | 590.315 |
| Contrato de resseguro-garantia de excesso de danos | 15.550 | - | 15.550 |
| Total | 985.564 | (379.699) | 605.865 |

Movimentação prêmios de resseguros diferidos

| | 2024 | 2023 |
|----------------------|------------------|----------------|
| Saldo inicial | 985.564 | 805.406 |
| Constituições | (415.315) | 527.956 |
| Apropriações | 529.227 | (347.798) |
| Saldo final | 1.099.476 | 985.564 |

Movimentação comissões de resseguros diferidas

| | 2024 | 2023 |
|----------------------|------------------|------------------|
| Saldo inicial | (379.699) | (308.722) |
| Apropriações | 299.912 | 214.941 |
| Constituições | (340.606) | (285.918) |
| Saldo final | (420.393) | (379.699) |

b. Sinistros - Resseguros

| | 2024 | 2023 |
|---|----------------|----------------|
| Sinistros pendentes de pagamentos | 266.122 | 274.076 |
| Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR | 26.824 | 22.050 |
| Provisão de despesas relacionadas | 24.190 | 22.528 |
| Total | 317.136 | 318.654 |

Movimentação provisão de sinistros pendentes de pagamentos

| | 2024 | 2023 |
|-----------------------|----------------|----------------|
| Saldo inicial | 274.076 | 246.901 |
| Constituição | 38.588 | 30.244 |
| Recuperação | (57.616) | (21.595) |
| Reversão | (3.056) | (1.929) |
| Atualização monetária | 14.130 | 20.455 |
| Saldo final | 266.122 | 274.076 |

Movimentação provisão de despesas relacionadas

| | 2024 | 2023 |
|-----------------------|---------------|---------------|
| Saldo inicial | 22.528 | 18.272 |
| Constituição | 3.985 | 3.404 |
| Recuperação | (3.911) | (2.940) |
| Reversão | (513) | 132 |
| Atualização monetária | 2.101 | 3.660 |
| Saldo final | 24.190 | 22.528 |

9 TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

a. Créditos tributários e previdenciário

| | 2024 | 2023 |
|-------------------------------------|------|-------|
| Imposto de renda | | |
| Imposto de renda a compensar (a) | 963 | 5.069 |
| Imposto de renda TVM (b) | 105 | - |
| Contribuição social | | |
| Contribuição social a compensar (a) | 979 | 361 |
| Contribuição social TVM (b) | | |

junto
SEGUROSDemonstrações Financeiras 2024
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

FAZEMOS A DIFERENÇA!

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197

3º andar | Curitiba/PR

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

contribuição social, cuja avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia é de perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão correspondente.

10 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As despesas de comercialização, diretamente relacionadas ao valor de cada prêmio comercial e efetivamente liquidadas, foram diferidas e amortizadas individualmente de acordo com o prazo de vigência do risco englobado pela PPNG constituída que é equivalente a uma vigência média ponderada de 1.210 dias (1.220 em 2023).

| Ramos | 2024 | 2023 |
|---------------------------------|----------------|----------------|
| Fiança locatícia | 5.597 | 2.338 |
| Garantia segurado setor público | 214.950 | 202.830 |
| Garantia segurado setor privado | 36.315 | 21.370 |
| Total | 256.862 | 226.538 |

Movimentação de custos de aquisição diferidos

| | 2024 | 2023 |
|--------------------|----------------|----------------|
| Saldo inicial | 226.538 | 183.275 |
| Apropriações | (180.791) | (131.077) |
| Constituições | 211.115 | 174.340 |
| Saldo final | 256.862 | 226.538 |

11 ARRENDAMENTO

a) Ativo de direito de uso

| | 31 de dezembro de 2024 | | | | | |
|--------------|------------------------|---------------|----------|--------------|--------------|-------------|
| | Taxa média depreciação | Saldo inicial | Adições | Baixas (i) | Depreciação | Saldo final |
| Imóveis | 20% | 1.839 | - | (831) | (950) | 58 |
| Total | | 1.839 | - | (831) | (950) | 58 |

(i) Encerramento antecipado do antigo contrato de aluguel no qual a empresa estava alocada fisicamente. O novo contrato foi realizado pela Controladora.

| | 31 de dezembro de 2023 | | | | | |
|--------------|------------------------|---------------|------------|----------|----------------|--------------|
| | Taxa média depreciação | Saldo inicial | Adições | Baixas | Depreciação | Saldo final |
| Imóveis | 25% | 2.672 | 430 | - | (1.263) | 1.839 |
| Total | | 2.672 | 430 | - | (1.263) | 1.839 |

b) Passivo de arrendamento

| | 31 de dezembro de 2024 | | | | | |
|--------------|------------------------|--------------|------------|----------------|-------------|--|
| | Saldo inicial | Baixas | Juros | Pagamento | Saldo final | |
| Imóveis | 2.034 | (831) | 123 | (1.256) | 70 | |
| Total | 2.034 | (831) | 123 | (1.256) | 70 | |

| | 31 de dezembro de 2023 | | | | | |
|--------------|------------------------|------------|------------|----------------|--------------|--|
| | Saldo inicial | Adições | Juros | Pagamento | Saldo final | |
| Imóveis | 2.850 | 430 | 253 | (1.499) | 2.034 | |
| Total | 2.850 | 430 | 253 | (1.499) | 2.034 | |

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade e características do contrato de arrendamento ("spread" de crédito). A taxa média de desconto dos contratos da Companhia é de 10% a.a.

12 INVESTIMENTOS

| | 31 de dezembro de 2024 | | 31 de dezembro de 2023 | |
|---|-------------------------|----------------|-------------------------|----------------|
| | Participação societária | Valor contábil | Participação societária | Valor contábil |
| Junto Controle de Riscos Ltda. (a) | 99,99% | 73 | 99,99% | 654 |
| Total investimentos em participações societárias | | 73 | | 654 |

(a) A Controlada Junto Controle de Riscos Ltda. foi constituída em 26 de abril de 2011. Tem como principal atividade econômica a prestação de serviços de consultoria em gestão empresarial. Em 29 de junho de 2023, foi aprovado a integralização de capital adicional no montante de R\$ 1.100 ao capital da investida. O capital social da Controlada registrado no valor de R\$ 1.110 (R\$ 1.110 em 31 de dezembro de 2023) encontra-se totalmente subscrito e integralizado pelas acionistas Junto Seguros S.A. participando com 99,99% e a Junto Resseguros S.A. detendo em seu poder 0,01% das ações.

a. Movimentação do saldo de investimento

| | Junto Controle de Riscos Ltda. | |
|---------------------------------------|--------------------------------|------------------------|
| | 31 de janeiro de 2024 | 31 de dezembro de 2024 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 654 | (581) |
| 31 de janeiro de 2024 | 73 | 73 |
| Aporte de capital | 1.100 | 172 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (618) | (618) |
| 31 de dezembro de 2023 | 654 | 654 |

13 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não identificou indicio de perda efetiva no valor recuperável de seus ativos.

a) Bens móveis e outras imobilizações

| | 31 de dezembro de 2024 | | | | | | |
|-------------------------------|---------------------------|---------------|------------|----------|--------------|--------------|--------------|
| | Taxa de depreciação anual | Saldo inicial | Adições | Baixas | Alienações | Depreciação | Saldo final |
| Equipamentos de informática | 20% | 1.169 | 454 | - | (25) | (457) | 1.141 |
| Móveis, máquinas e utensílios | 10% | 754 | 24 | - | (214) | (161) | 403 |
| Instalações | 10% | 161 | - | - | (72) | (25) | 64 |
| Total | | 2.084 | 478 | - | (311) | (643) | 1.608 |

| | 31 de dezembro de 2023 | | | | | | |
|-------------------------------|---------------------------|---------------|------------|----------|-------------|--------------|--------------|
| | Taxa de depreciação anual | Saldo inicial | Adições | Baixas | Alienações | Depreciação | Saldo final |
| Equipamentos de informática | 20% | 1.218 | 509 | - | (1) | (557) | 1.169 |
| Móveis, máquinas e utensílios | 10% | 613 | 294 | - | (40) | (113) | 754 |
| Instalações | 10% | 187 | 1 | - | - | (27) | 161 |
| Outras imobilizações em curso | 10% | 3 | - | - | (3) | - | - |
| Total | | 2.021 | 804 | - | (44) | (697) | 2.084 |

b) Intangível

| | 31 de dezembro de 2024 | | | | | | |
|-------------------------------|---------------------------|---------------|--------------|------------|---------------|----------------|---------------|
| | Taxa de depreciação anual | Saldo inicial | Adições | Alienações | Transferência | Amortização | Saldo final |
| Projetos | 33% | - | 56 | - | - | (1.664) | 3.397 |
| Intangível em desenvolvimento | - | 5.033 | 8.282 | - | (5.005) | - | 8.310 |
| Outros intangíveis | 20% | 10 | 139 | - | - | (8) | 141 |
| Total | | 5.043 | 8.477 | - | - | (1.672) | 11.848 |

| | 31 de dezembro de 2023 | | | | | | |
|-------------------------------|---------------------------|---------------|--------------|------------|---------------|-------------|--------------|
| | Taxa de depreciação anual | Saldo inicial | Adições | Alienações | Transferência | Amortização | Saldo final |
| Intangível em desenvolvimento | - | 343 | 4.690 | - | - | - | 5.033 |
| Outros intangíveis | 20% | 14 | - | - | - | (4) | 10 |
| Total | | 357 | 4.690 | - | - | (4) | 5.043 |

14 CONTAS A PAGAR

| | 2024 | 2023 |
|--|---------------|---------------|
| Obrigações a pagar | 26.315 | 27.751 |
| Fornecedores | 2.216 | 5.401 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar | 14.469 | 13.841 |
| Honorários, remunerações e gratificações a pagar | 9.337 | 8.126 |
| Outras obrigações | 293 | 383 |
| Impostos e encargos sociais a recolher | 2.697 | 3.001 |
| Imposto de renda retido de colaboradores | 529 | 454 |
| Imposto de renda retido de terceiros | 406 | 480 |
| Imposto sobre serviços retido | 171 | 354 |
| Imposto sobre operações financeiras | 474 | 210 |
| Contribuições previdenciárias | 704 | 1.196 |
| Contribuições para o FGTS | 211 | 218 |
| Outros impostos e encargos sociais | 202 | 89 |
| Encargos trabalhistas | 3.366 | 3.861 |
| Férias a pagar | 3.366 | 3.857 |
| Outros encargos | - | 4 |

| | 2024 | 2023 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| Impostos e contribuições | 644 | 1.275 |
| Imposto de renda | 284 | 473 |
| Contribuição social | 322 | 429 |
| COFINS | 33 | 321 |
| PIS | 5 | 52 |
| Outras contas a pagar | 4.819 | 3.751 |
| Total | 37.841 | 39.639 |

15 DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a. Prêmios a restituir

Refere-se a prêmios a restituir aos tomadores dos ramos garantia no valor de R\$ 2.185 (R\$ 1.421 em 2023).

b. Operações com seguradoras

Refere-se substancialmente aos prêmios de cosseguros cedidos, dos ramos garantia a serem pagos às seguradoras, no montante de R\$ 255.163 (R\$ 161.190 em 2023).

c. Operações com resseguradoras

| | 31 de dezembro de 2024 | | | | |
|---------------------------------|------------------------|---------------|--------------|------------------|----------------|
| Ramos | Prêmios de Resseguro | Prêmios RVNE | Sinistros | Excesso de danos | Total |
| Garantia obrigações privadas | 62 | - | 480 | 2.694 | 3.236 |
| Garantia obrigações públicas | - | - | 832 | - | 832 |
| Fiança locatícia | 2.702 | 310 | 30 | - | 3.042 |
| Garantia segurado setor público | 295.323 | 13.783 | 303 | 1.308 | 310.717 |
| Garantia segurado setor privado | 41.010 | 10.051 | 3.830 | 2.909 | 57.800 |
| Total | 339.097 | 24.144 | 5.475 | 6.911 | 375.627 |

| | 31 de dezembro de 2023 | | | | |
|---------------------------------|------------------------|---------------|--------------|------------------|----------------|
| Ramos | Prêmios de Resseguro | Prêmios RVNE | Sinistros | Excesso de danos | Total |
| Garantia obrigações privadas | 59 | - | 205 | 3.132 | 3.396 |
| Garantia obrigações públicas | 2 | - | 781 | - | 783 |
| Fiança locatícia | 1.237 | 144 | - | - | 1.381 |
| Garantia segurado setor público | 273.174 | 13.579 | 2.000 | 155 | 288.908 |
| Garantia segurado setor privado | 16.741 | 9.191 | 1.620 | 3.884 | 31.436 |
| Total | 291.213 | 22.914 | 4.606 | 7.171 | 325.904 |

d. Corretores de seguros e resseguros

Refere-se às comissões de seguros sobre os prêmios emitidos diretos a serem pagos aos corretores no montante de R\$ 184.701 do ramo garantia (R\$ 146.438 em 2023) e R\$ 2.009 do ramo fiança (R\$ 948 em 2023).

16 DEPÓSITO DE TERCEIROS

| | Em 31 de dezembro de 2024 | | | | | |
|-----------------------|---------------------------|-----------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | De 1 a 30 dias | De 31 a 60 dias | De 61 a 120 dias | De 121 a 180 dias | De 181 a 365 dias | Acima de 365 dias |
| Prêmios e emolumentos | 225 | 52 | 79 | 22 | 132 | 171 |
| Outros depósitos | - | - | 40 | 1 | - | 58 |
| Total | 225 | 52 | 119 | 23 | 132 | 229 |

| | Em 31 de dezembro de 2023 | | | | | |
|-----------------------|---------------------------|-----------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | De 1 a 30 dias | De 31 a 60 dias | De 61 a 120 dias | De 121 a 180 dias | De 181 a 365 dias | Acima de 365 dias |
| Prêmios e emolumentos | 143 | 94 | 39 | 32 | 45 | 150 |
| Outros depósitos | - | 27 | 72 | - | - | 57 |
| Total | 143 | 121 | 111 | 32 | 45 | 207 |

17 PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS

a. Provisões técnicas

| | 31 de dezembro de 2024 | | | | | |
|--|------------------------|---------------|----------------|---------------|---------------|------------------|
| Ramos: | PPNG | PPNG RVNE | PSL | IBNR | PDR | Total |
| Garantia obrigações privadas | - | - | 63.482 | - | 6.697 | 70.179 |
| Garantia obrigações públicas | - | - | 118.059 | - | 2.339 | 120.398 |
| Fiança locatícia | 22.199 | 589 | 49 | 626 | 128 | 23.591 |
| Garantia Judicial | - | - | - | 16 | 2 | 18 |
| Garantia concessões públicas | - | - | - | - | 1 | 1 |
| Garantia segurado setor público | 1.052.630 | 18.190 | 51.487 | 39.830 | 11.677 | 1.173.814 |
| Garantia segurado setor privado | 134.722 | 13.472 | 72.893 | 7.373 | 13.462 | 241.922 |
| Subtotal bruto | 1.209.551 | 32.251 | 305.970 | 47.845 | 34.306 | 1.629.923 |
| Garantia obrigações públicas | - | - | (125) | - | - | (125) |
| Garantia segurado setor público | - | - | (1.184) | - | - | (1.184) |
| Garantia segurado setor privado | - | - | (483) | - | - | (483) |
| Subtotal recuperação cosseguro cedido | - | - | (1.792) | - | - | (1.792) |
| Total provisões técnicas | 1.209.551 | 32.251 | 304.178 | 47.845 | 34.306 | 1.628.131 |

| | 31 de dezembro de 2023 | | | | | |
|--|------------------------|---------------|----------------|---------------|---------------|------------------|
| Ramos: | PPNG | PPNG RVNE | PSL | IBNR | PDR | Total |
| Garantia obrigações privadas | - | - | 69.916 | - | 8.270 | 78.186 |
| Garantia obrigações públicas | - | - | 117.771 | - | 2.343 | 120.114 |
| Fiança locatícia | 10.546 | 264 | 958 | 225 | 34 | 12.027 |
| Garantia Judicial | - | - | - | 43 | 4 | 47 |
| Garantia concessões públicas | - | - | - | - | 1 | 1 |
| Garantia segurado setor público | 988.674 | 16.825 | 56.217 | 38.803 | 8.988 | 1.109.507 |
| Garantia segurado setor privado | 86.019 | 10.164 | 73.952 | 2.911 | 12.439 | 185.485 |
| Subtotal bruto | 1.085.239 | 27.253 | 318.814 | 41.982 | 32.079 | 1.505.367 |
| Garantia obrigações públicas | - | - | (113) | - | - | (113) |
| Garantia segurado setor público | - | - | (1.125) | - | - | (1.125) |
| Garantia segurado setor privado | - | - | (427) | - | - | (427) |
| Subtotal recuperação cosseguro cedido | - | - | (1.665) | - | - | (1.665) |
| Total provisões técnicas | 1.085.239 | 27.253 | 317.149 | 41.982 | 32.079 | 1.503.702 |

b. Movimentações das provisões técnicas de seguros

Movimentação provisão de prêmios não ganhos (PPNG)

| | 2024 | 2023 |
|---------------|-------------|-----------|
| Saldo inicial | 1.085.239 | 912.107 |
| Apropriações | (1.027.066) | (764.363) |
| Constituições | 1.151.37 | |

juntos
SEGUROS

FAZEMOS A DIFERENÇA!

Demonstrações Financeiras 2024
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197

3º andar | Curitiba/PR

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

18 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

| Provisões técnicas de seguros e resseguros | 2024 | 2023 |
|---|--------------------|--------------------|
| Provisão de prêmios não ganhos | 1.241.802 | 1.112.492 |
| Provisão de sinistros a liquidar | 304.178 | 317.149 |
| Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados | 47.845 | 41.982 |
| Provisão de despesas relacionadas | 34.306 | 32.079 |
| Total Seguros | 1.628.131 | 1.503.702 |
| Prêmios de resseguros diferidos | (679.083) | (605.865) |
| Recuperação de sinistros ocorridos | (266.122) | (274.076) |
| Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados resseguros | (26.824) | (22.050) |
| Outras provisões resseguros | (24.190) | (22.528) |
| Direitos creditórios | (481.352) | (399.310) |
| Ativos de resseguro não redutores | 342.986 | 296.640 |
| Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG | (128.931) | (120.103) |
| Total resseguros | (1.263.516) | (1.147.292) |
| Total a ser coberto | 364.615 | 356.410 |

Composição dos ativos vinculados

| | | |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| Títulos de renda fixa - públicos | 413.957 | 413.152 |
| Total | 413.957 | 413.152 |
| Suficiência de cobertura | 49.342 | 56.742 |

19 PROVISÕES, PASSIVOS, CONTINGÊNCIAS ATIVAS E PASSIVAS

As provisões da Companhia estão representadas por ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, fiscais, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Composição das provisões

| Probabilidade de perda | Ações cíveis - Relacionadas a sinistros (PSL Judicial) | | | 31 de dezembro de 2023 | | |
|------------------------|--|------------------|--------------------|------------------------|------------------|--------------------|
| | Quantidade | Valor em risco | Valor provisionado | Quantidade | Valor em risco | Valor provisionado |
| Provável | 49 | 144.769 | 144.769 | 46 | 144.669 | 144.669 |
| Possível | 117 | 661.619 | 3.176 | 147 | 623.472 | 2.993 |
| Remota | 91 | 729.627 | 3.502 | 87 | 639.924 | 3.072 |
| Total | 257 | 1.536.015 | 151.447 | 280 | 1.408.065 | 150.734 |

| Probabilidade de perda | Ações cíveis - Não relacionadas a sinistros | | | 31 de dezembro de 2023 | | |
|------------------------|---|----------------|--------------------|------------------------|----------------|--------------------|
| | Quantidade | Valor em risco | Valor provisionado | Quantidade | Valor em risco | Valor provisionado |
| Provável | 3 | 57 | 57 | 10 | 217 | 217 |
| Possível | 11 | 65.074 | - | 13 | 57.801 | - |
| Remota | 3 | 4.001 | - | 7 | 3.582 | - |
| Total | 17 | 69.132 | 57 | 30 | 61.600 | 217 |

| Probabilidade de perda | Ações trabalhistas | | | 31 de dezembro de 2023 | | |
|------------------------|--------------------|----------------|--------------------|------------------------|----------------|--------------------|
| | Quantidade | Valor em risco | Valor provisionado | Quantidade | Valor em risco | Valor provisionado |
| Provável | - | - | - | 1 | 37 | 37 |
| Possível | 2 | 484 | - | 1 | 124 | - |
| Remota | - | - | - | - | - | - |
| Total | 2 | 484 | - | 2 | 161 | 37 |

| Probabilidade de perda | Ações fiscais | | | 31 de dezembro de 2023 | | |
|------------------------|---------------|----------------|--------------------|------------------------|----------------|--------------------|
| | Quantidade | Valor em risco | Valor provisionado | Quantidade | Valor em risco | Valor provisionado |
| Provável | 1 | 140 | 140 | 1 | 132 | 132 |
| Possível | 11 | 3.975 | - | 13 | 7.396 | - |
| Remota | 1 | 4.740 | - | 4 | 4.753 | - |
| Total | 13 | 8.855 | 140 | 18 | 12.281 | 132 |

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

- Provisões judiciais relacionadas a sinistros - referem-se a ações judiciais relacionadas a processos de sinistros decorrentes da operação de seguros, constituídas como provisão de sinistros a liquidar judicial.
- Provisões judiciais trabalhistas - referem-se a ações judiciais de reclamatórias trabalhistas de autoria de ex-colaboradores.
- Provisões judiciais fiscais - referem-se a processos administrativos e mandados de segurança que exige diferenças de impostos sobre serviços prestados.
- Provisões judiciais cíveis - referem-se a ações judiciais não relacionadas a operação de seguros.

b. Movimentação das provisões

| Relacionadas a sinistros | 31 de dezembro de 2024 | | | | | Saldo final |
|---------------------------------|------------------------|--------------|----------------|-----------------------|-----------------|----------------|
| | Saldo inicial | Adição | Reversão | Atualização Monetária | Pagamento | |
| Sinistros em discussão judicial | 150.734 | 3.456 | (1.991) | 16.977 | (17.728) | 151.447 |
| Total | 150.734 | 3.456 | (1.991) | 16.977 | (17.728) | 151.447 |
| Trabalhistas | 37 | - | - | - | (37) | - |
| Fiscais | 132 | - | - | 8 | - | 140 |
| Cíveis | 217 | 5 | (91) | - | (74) | 57 |
| Total | 386 | 5 | (91) | 8 | (111) | 197 |
| Total | 151.120 | 3.461 | (2.082) | 16.985 | (17.839) | 151.644 |

| Relacionadas a sinistros | 31 de dezembro de 2023 | | | | | Saldo final |
|---------------------------------|------------------------|--------------|----------------|-----------------------|----------------|----------------|
| | Saldo inicial | Adição | Reversão | Atualização Monetária | Pagamento | |
| Sinistros em discussão judicial | 128.813 | 7.027 | (2.108) | 23.702 | (6.700) | 150.734 |
| Total | 128.813 | 7.027 | (2.108) | 23.702 | (6.700) | 150.734 |
| Trabalhistas | 142 | - | - | 6 | (111) | 37 |
| Fiscais | 123 | - | - | 9 | - | 132 |
| Cíveis | 517 | 88 | (283) | 47 | (152) | 217 |
| Total | 782 | 88 | (283) | 62 | (263) | 386 |
| Total | 129.595 | 7.115 | (2.391) | 23.764 | (6.963) | 151.120 |

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 135.551 dividido em 24.125.868 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencentes a acionista domiciliado no país (R\$ 135.551 dividido em 24.125.868 em 2023).

b. Reservas de capital

Refere-se a reservas para futuro aumento do capital social.

c. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Considerando o limite supracitado, não houve constituição de reserva legal para o exercício de 2024.

Outras reservas de lucros é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal. Efetuada ao final de cada exercício social, estando sujeita a deliberação em Assembleia Geral.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício ajustado na forma da lei.

| | 2024 | 2023 |
|--|---------------|---------------|
| Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%) | | |
| Lucro líquido do exercício | 40.006 | 40.233 |
| Reserva legal | - | - |
| Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios | 40.006 | 40.233 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 11.002 | 10.058 |
| Total dividendos distribuídos | - | - |
| Juros sobre o capital próprio, bruto de impostos | 17.022 | 16.284 |

Em 16 de dezembro de 2022, durante Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 13.826 (o imposto de renda retido na fonte foi de R\$ 2.074), referente ao resultado do exercício de 2022, pagos à acionista única Junto Holding Brasil S.A. no dia 28 de fevereiro de 2023.

Em 29 de junho e 25 de setembro de 2023, durante as Assembleias Gerais Extraordinárias, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 16.284 (o imposto de renda retido na fonte de R\$ 2.443), referente ao resultado do exercício de 2023, pagos à acionista única Junto Holding Brasil S.A. no dia 28 de fevereiro de 2024.

Em 29 de abril de 2024, durante a Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o pagamento de dividendos discricionários no valor de R\$ 10.000, oriundos das reservas de lucros da Companhia, pagos à acionista única Junto Holding Brasil S.A. no dia 30 de abril de 2024.

Em 28 de junho, 7 de outubro e 13 de dezembro de 2024, durante as Assembleias Gerais Extraordinárias, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 17.022 (o imposto de renda retido na fonte de R\$ 2.553), referente ao resultado do exercício de 2024, a serem pagos à acionista única Junto Holding Brasil S.A. até o dia 30 de abril de 2025. A distribuição ora aprovada integrou o dividendo obrigatório devido aos acionistas.

e. Ajustes com títulos e valores mobiliários

Ajustes com títulos e valores mobiliários incluem a variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, até que os ativos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável.

Os valores registrados em ajustes com títulos e valores mobiliários são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos/passivos a que eles se referem.

21 DEMONSTRATIVO DA SUFICIÊNCIA DO PLA E SUFICIÊNCIA DE CAPITAL

Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores, as sociedades seguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), de acordo com os níveis de cobertura definidos pelo normativo.

| | 2024 | 2023 |
|--|-----------------|----------------|
| Patrimônio líquido (a) | 271.674 | 255.373 |
| (-) Participação em soc. financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior | (73) | (654) |
| (-) Despesas antecipadas | (1.187) | (2.229) |
| (-) Ativos intangíveis | (11.848) | (5.043) |
| 1. Ajustes contábeis (b) | (13.108) | (7.926) |
| (+) Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas | 46.859 | 44.168 |
| 2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c) | 46.859 | 44.168 |
| PLA - nível I (*) | 256.729 | 245.845 |
| PLA - nível II | 46.859 | 44.168 |
| PLA - nível III | 1.838 | 1.602 |
| Subtotal PLA - nível (d) | 305.426 | 291.615 |
| Mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1 | 256.729 | 245.845 |
| Máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3 | - | - |
| Máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3 | 38.172 | 36.622 |
| Subtotal PLA - limitador (e) | 294.901 | 282.467 |
| 3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (f = e - d) | (10.524) | (9.148) |
| 4. PLA (Total) = PL + Ajust. cont.+ Ajust. Econ. + Ajust. do Exc. de Nível 2 e 3 (g = a+b+c+f) | 294.901 | 282.467 |
| 5. Capital mínimo requerido | | |
| Capital base (CB) | 8.100 | 8.100 |
| Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR) | | |
| Capital de risco de subscrição | 55.106 | 52.347 |
| Capital de risco de crédito | 21.126 | 21.569 |
| Capital de risco operacional | 6.675 | 6.165 |
| Capital de risco de mercado | 4.812 | 4.027 |
| Correlação entre os riscos | (11.375) | (10.865) |
| Capital mínimo requerido | 76.344 | 73.244 |
| Capital mínimo requerido (CMR) - maior entre (CB) e (CR) (h) | 76.344 | 73.244 |
| Suficiência de capital (i = g - h) | 218.558 | 209.223 |
| Suficiência de capital (j / h) | 286% | 286% |
| Índice de solvência (j = g / h) | 386% | 386% |

(*) Inclui os ajustes determinados no parágrafo 13 no artigo 56 da Resolução CNSP 432.

22 DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

Principais ramos de atuação

a. Prêmios ganhos

| | 2024 | 2023 |
|---------------------------------|----------------|----------------|
| Ramos | | |
| Garantia obrigações públicas | - | 5 |
| Fiança locatícia | 6.923 | 2.426 |
| Garantia judicial | - | 194 |
| Garantia segurado setor público | 435.760 | 402.481 |
| Garantia segurado setor privado | 78.689 | 74.646 |
| Total | 521.372 | 479.752 |

b. Sinistralidade (sinistros ocorridos sobre o prêmio ganho brutos de resseguro)

| | 2024 | 2023 |
|---------------------------------|-----------------|-----------|
| Ramos | | |
| Garantia obrigações privadas | 623 | (3.998) |
| Garantia obrigações públicas | 488 | 776 |
| Fiança locatícia | (1.438) | (88) |
| Crédito interno | - | 438 |
| Garantia judicial | 29 | 22 |
| Garantia segurado setor público | (23.119) | 5 |
| Garantia segurado setor privado | (37.865) | 48 |
| Total | (61.282) | 12 |

c. Custos de aquisição

| | 2024 | 2023 |
|---|------------------|------------------|
| % comissionamento sobre o prêmio emitido líquido | | |
| Comissão | (4.910) | (1.661) |
| Garantia judicial | - | 11 |
| Garantia segurado setor público | (104.321) | 21 |
| Garantia segurado setor privado | (32.255) | 26 |
| Total | (141.486) | (145.542) |

A variação das despesas de comercialização diferidas apresentou um saldo credor de R\$ 30.324 (credor de R\$ 41.444 em 2023).

d. Outras receitas e (despesas) operacionais

| | 2024 | 2023 |
|---|------------|------------|
| Outras receitas com operações de retrocessões | 4.160 | 2.675 |
| Outras despesas com operações de seguro | (1.234) | (763) |
| Reversão/constituição de provisão para redução ao valor recuperável | (401) | 319 |
| Campaña de incentivo à produção | (1.994) | (1.469) |
| Despesas diversas | (115) | (17) |
| Total | 416 | 745 |

e. Resultados com resseguros

| | 2024 | 2023 |
|--|------------------|------------------|
| Receitas com resseguros | | |
| Recuperação de sinistros ocorridos | 43.786 | 15.282 |
| Subtotal | 43.786 | 15.282 |
| Despesas com resseguros | | |
| Prêmios de resseguros cedidos | (527.191) | (557.556) |
| Variação das receitas de comercialização diferidas obrigatório devido aos acionistas | (40.693) | (70.976) |
| Receitas de comercialização com resseguro | 199.831 | 216.761 |
| Ressarcimento ao ressegurador | (7.612) | (14.074) |
| Subtotal | (261.753) | (245.687) |
| Total | (217.967) | (230.405) |

Recuperação de sinistros ocorridos

| | 2024 | 2023 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| Ramos | | |
| Garantia obrigações privadas | 320 | 3.079 |
| Garantia obrigações públicas | 60 | (432) |
| Fiança locatícia | 585 | 22 |
| Garantia judicial | (15) | (13) |
| Garantia segurado setor público | 16.289 | (10.474) |
| Garantia segurado setor privado | 26.547 | 23.100 |
| Total | 43.786 | 15.282 |

Prêmios de resseguros cedidos

| | 2024 | 2023 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Ramos | | |
| Garantia obrigações privadas | - | (616) |
| Fiança locatícia | (11.817) | (4.422) |
| Garantia judicial | - | 22 |
| Garantia segurado setor público | (408.321) | (501.557) |
| Garantia segurado setor privado | (107.053) | (50.983) |
| Total | (527.191) | (557.556) |

Variação das despesas de resseguro - Provisão de prêmio não gan

junto
SEGUROS

FAZEMOS A DIFERENÇA!

Demonstrações Financeiras 2024
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197

3º andar | Curitiba/PR

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

i. Resultado patrimonial

| | 2024 | 2023 |
|---|--------------|--------------|
| Equivalência patrimonial - Junto Controle de Riscos Ltda. | (581) | (618) |
| Total resultado patrimonial | (581) | (618) |

23 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações do exercício

| | 2024 | 2023 |
|--|-----------------|-----------------|
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | 64.725 | 57.368 |
| Alíquota Nominal | 40% | 40% |
| Impostos a alíquota nominal | (25.890) | (22.947) |
| Equivalência patrimonial | (233) | (247) |
| Provisão para participações nos lucros | 2.038 | 2.043 |
| Efeito dos incentivos fiscais | 480 | 429 |
| Adições/exclusões permanentes | 1.005 | 1.158 |
| Recuperação de impostos de anos anteriores (a) | 1.970 | 2.555 |
| Efeito sobre aprovação de JCP | 6.809 | 6.514 |
| Imposto de renda e contribuição social | (13.821) | (10.495) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (13.874) | (9.943) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 53 | (552) |
| Alíquota efetiva | 21% | 18% |

(a) Valores referentes à recuperação tributária relacionada à Lei do Bem.

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

| | Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 | | | |
|--|---|--------------|--------------|--------------|
| | Saldo inicial | Constituição | Realização | Saldo final |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 541 | – | (80) | 461 |
| Provisão para ressarcimentos de sinistros e outros | 908 | – | (73) | 835 |
| Títulos de renda variável - red. valor recuperável | – | 198 | – | 198 |
| Amortização vida útil x fiscal | – | 267 | – | 267 |
| Provisões trabalhistas | 15 | – | (15) | – |
| Provisões cíveis | 86 | – | (64) | 22 |
| Provisões fiscais | 52 | 3 | – | 55 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 1.602 | 468 | (232) | 1.838 |
| Total dos créditos tributários | 1.602 | 468 | (232) | 1.838 |

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

| | Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 | | | |
|--|---|--------------|--------------|--------------|
| | Saldo inicial | Constituição | Realização | Saldo final |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 355 | 186 | – | 541 |
| Provisão para ressarcimentos de sinistros e outros | 1.487 | – | (579) | 908 |
| Provisões trabalhistas | 57 | – | (42) | 15 |
| Provisões cíveis | 207 | – | (121) | 86 |
| Provisões fiscais | 48 | 4 | – | 52 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 2.154 | 190 | (742) | 1.602 |
| Total dos créditos tributários | 2.154 | 190 | (742) | 1.602 |

O registro contábil dos créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico.

c. Projeção de realização dos créditos tributários sobre as diferenças tributárias temporárias.

| Ano | IRPJ | CSLL |
|--------------------|--------------|------------|
| Realização em 2025 | 714 | 428 |
| Realização em 2026 | – | – |
| Realização em 2027 | – | – |
| Realização em 2028 | 144 | 87 |
| Realização em 2029 | 291 | 174 |
| | 1.149 | 689 |

d. Resumo da movimentação dos impostos diferidos

| | Saldo Inicial | Constituição | Realização | Saldo Final |
|---|---------------|--------------|--------------|--------------|
| Ativo diferido | 1.602 | 468 | (232) | 1.838 |
| Passivo diferido | – | – | – | – |
| Total dos impostos diferidos sobre adições/exclusões temporárias | 1.602 | 468 | (232) | 1.838 |

24 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou operações com partes relacionadas pertencentes ao Grupo J. Malucelli e Grupo Junto Seguros. Os saldos na data do balanço, bem como as receitas (despesas) do período, estão apresentados a seguir:

| | 2024 | 2023 |
|--|----------------|----------------|
| Ativo | | |
| Caixa e bancos | | |
| Paraná Banco S.A. - Acionista (v) | – | 13 |
| Ativos de resseguro - prêmios de resseguros diferidos | | |
| Junto Resseguros S.A. - Ligada (i) | 649.735 | 578.447 |
| Ativos de resseguro - sinistros | | |
| Junto Resseguros S.A. - Ligada (i) | 279.799 | 290.328 |
| Participações societárias | | |
| Junto Controle de Riscos Ltda. - Controlada (viii) | 73 | 654 |
| Total | 929.607 | 869.442 |

| | 2024 | 2023 |
|---|----------------|----------------|
| Passivo | | |
| JCP e dividendos a pagar | | |
| Junto Holding Brasil S.A. - Controladora (ii) | 14.469 | 13.841 |
| Outras contas a pagar | | |
| Junto Holding Brasil S.A. - Controladora (ii) | 1.693 | 1.745 |
| Prêmios de resseguro | | |
| Junto Resseguros S.A. - Ligada (i) | 286.019 | 327.067 |
| Total | 302.181 | 342.653 |

| | 2024 | 2023 |
|---|-----------|-----------|
| Demonstração do resultado | | |
| Restituição de prêmio | | |
| Rodonorte Concessionária de Rodovias Integradas. - Ligada | (4) | (37) |
| Custos de aquisição | | |
| Voice Corretora de Seguros Ltda. - Ligada | (312) | – |
| Porto de Cima Corretora de Seguros Ltda. - Ligada | – | (8) |
| Recuperação de sinistros ocorridos | | |
| Junto Resseguros S.A. - Ligada (i) | 28.082 | 19.740 |
| Prêmios de resseguros cedidos | | |
| Junto Resseguros S.A. - Ligada (i) | (322.925) | (329.796) |
| Varição das despesas de resseguro | | |
| Junto Resseguros S.A. - Ligada (i) | 74.508 | 107.201 |

| | 2024 | 2023 |
|--|------------------|------------------|
| Despesas administrativas | | |
| Junto Holding Brasil S.A. - Controladora (ii) | (24.385) | (20.165) |
| Fundo Paraná de Previd. Multipatrocinada - Ligada (iv) | (765) | (450) |
| J. Malucelli Locações Ltda. - Ligada (vi) | (204) | (298) |
| Porto de Cima Participações e Serviços S.A. - Ligada (x) | (103) | – |
| Vicente Boguszewski Arquitetos - Ligada (ix) | – | (17) |
| Importadora de Vinhos Fratelli Ltda. - Ligada (x) | (42) | (57) |
| Despesas financeiras | | |
| J. Malucelli Locações Ltda. - Ligada (vi) | (77) | (105) |
| Taxa administrativa investimentos | | |
| 4UM Gestão de Recursos Ltda. - Ligada (iii) | (694) | (695) |
| Prestação de Serviços | | |
| Junto Controle de Riscos Ltda. - Ligada (vii) | (225) | (119) |
| Total | (247.146) | (224.806) |

(i) As transações com a ligada Junto Resseguros S.A. referem-se às operações de resseguros cedidos.

(ii) As transações com a controladora Junto Holding Brasil S.A. referem-se ao ressarcimento de custos de estrutura à qual compreende serviços administrativos operacionais e redução de custos. Os critérios de alocação destes custos são determinados, principalmente, pelo tempo alocado nas atividades realizadas pela controladora às suas subsidiárias. Os saldos também incluem valores a pagar de dividendos e juros sob o capital próprio.

(iii) Referem-se às despesas com taxa de administração das carteiras de aplicações financeiras.

(iv) Referem-se às transações relacionadas ao convênio do plano de benefícios.

(v) Saldo bancário de conta corrente.

(vi) Referem-se às despesas com alugueis de imóveis.

(vii) Referem-se às despesas com prestação de serviços no acompanhamento de regulação de sinistro.

(viii) Junto Controle de Riscos Ltda. - Controlada, que prestou serviços de consultoria relacionados à retomada de obras.

(ix) Despesas relacionadas a projetos arquitetônicos dos espaços físicos da Companhia.

(x) Despesa com patrocínio de eventos externos e marketing.

Remuneração dos administradores

As despesas com honorários de diretoria no montante de R\$ 2.646 (R\$ 2.153 em 2023) estão registradas na rubrica "Despesas administrativas - pessoal próprio". Aos Administradores também foi destinado, a título de remuneração variável, participação sobre o resultado no montante de R\$ 2.886 (R\$ 2.452 em 2023).

25 OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Plano de aposentadoria complementar

A Companhia é patrocinadora de um plano de aposentadoria complementar para os seus colaboradores e diretores, que aderiram ao referido plano, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização, o qual foi instituído em dezembro de 2004. A Companhia é responsável por custear somente as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes.

As contribuições totalizaram R\$ 187 (R\$ 39 em 2023). As contribuições relativas à acumulação das obrigações do plano são inteiramente custeadas pelos participantes.

b. Participação dos colaboradores nos resultados

A Companhia possui programa de participação nos resultados para seus colaboradores conforme previsto no "Acordo coletivo de trabalho" específico sobre a participação dos empregados, nos Lucros e Resultados da Junto Seguros S.A. Tais despesas são registradas no resultado do período na rubrica "Participações sobre o resultado". Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa despesa é de R\$ 4.012 (R\$ 4.188 em 2023).

c. Honorários de auditores independentes

Os honorários dos auditores independentes praticados serão divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas da Junto Holding Brasil S.A.

DIRETORIA

Roque Junior de Holanda Melo
Diretor PresidenteGuilherme Malucelli Gobbo
Diretor Vice-PresidenteEduardo de Oliveira Nóbrega
Diretor Técnico e de SubscriçãoElisa Francielli Marchi Prestes
Diretora Administrativa-FinanceiraLuiz Henrique de Andrade Verri
Diretor ComercialDiego Marins Massara
Diretor Jurídico e de ComplianceKetlyn Parolin Bertholdi Stefanovic
Diretora de Sinistros

COMITÊ DE AUDITORIA

Paulo José Arakaki

Maurício Alvarez da Silva

Alberto Spilborghs Neto

ATUÁRIO RESPONSÁVEL

Pedro José Ribeiro Coutinho
MIBA - 3076

CONTADOR RESPONSÁVEL

Hilário Mario Walesko
CRC-PR 29.585/O-9

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Aos Diretores da Junto Seguros S.A.

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Junto Seguros S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário subordinado ao Diretor Presidente e Assembleia de Acionistas, instituído em 05 de dezembro de 2014, e cujo funcionamento obedece a seu regimento interno. O Comitê foi instituído em linha com as políticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e em obediência e consonância com os preceitos e normas instituídos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). O Comitê é composto por membros independentes eleitos pela Assembleia de Acionistas e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pelo CNSP, tendo suas indicações sido homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Compete ao Comitê de Auditoria apoiar a diretoria em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações, a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de conformidade (compliance) com a legislação e a regulamentação que regem a sua atividade.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento

de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises, decorrentes de seu trabalho, ao longo do exercício de 2024.

Principais Atividades do Comitê

O Comitê atua através da realização de reuniões periódicas, na sede da Companhia ou por vídeo conferência, com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder aos questionamentos formulados. O Comitê acompanha e revisa, à distância, os documentos e informações a ele submetidos. As atividades do Comitê, no exercício de 2024 até esta data, incluíram:

a) Reuniões com os executivos das áreas de Contabilidade, Controladoria, Financeiro e Investimentos, Atuarial, Compliance e Controles Internos, Ouvidoria, Tecnologia da Informação (infraestrutura e segurança da informação) e áreas operacionais bem como com os profissionais responsáveis pela Auditoria Interna, e com os Auditores Independentes.

b) Acompanhamento das atividades executadas pela Administração relacionadas à avaliação e gerenciamento de riscos e gestão do sistema de controles internos, ao cumprimento de normas, externas e internas, da Companhia.

c) Avaliação das demonstrações financeiras e discussão com a Administração da Companhia e com seus Auditores Independentes, sobre as práticas contábeis relevantes adotadas, as informações divulgadas, o tratamento das questões contábeis críticas, os controles internos, e o cumprimento das normas legais e regulamentares mais relevantes.

d) Análise dos relatórios dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

O Comitê realizou, ainda, reuniões com o Diretor-Presidente e membros da Diretoria Executiva da Companhia.

O Comitê mantém com os auditores independentes e com a auditoria interna canais regulares de comunicação. O Comitê inteirou-se dos seus planos anuais de trabalho, e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes e da auditoria interna às políticas e normas que tratam da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração, ou fraude que, por sua relevância, colocasse em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, e apoiado no relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, entende que, as demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, encontram-se em condições de serem apreciadas pela Diretoria.

O Comitê informa ainda que, no período abrangido por esse relatório, não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração, ou fraude que, por sua relevância, colocasse em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2025.

Paulo José Arakaki
Coordenador do Comitê de Auditoria
Maurício Alvarez da Silva
Membro do Comitê de Auditoria
Alberto Spilborghs Neto
Membro do Comitê de Auditoria

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Junto Seguros S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Junto Seguros S.A. (a seguir denominada "Companhia"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados

sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à

variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto

junto
SEGUROS

FAZEMOS A DIFERENÇA!

Demonstrações Financeiras 2024
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197

3º andar | Curitiba/PR

★ continuação

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Brasileiro de Atuária (IBA) e com base em nosso conhecimento técnico e experiência profissional. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Junto Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2024** foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases

de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2025.

Brenda de Borba Trajano - Atuária Auditora Independente

MIBA 2842 - CPF 029363920/55

Mirador Assessoria Atuarial Ltda. - CIBA 84

CNPJ: 04.941.624/0001-64

Av. Padre Cacique, 320 - 3º andar, Porto Alegre, RS, 90810-240

mirador360.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Junto Seguros S.A.

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Junto Seguros S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Junto Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado

relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-PR

Érika Carvalho Ramos

Contadora CRC 1SP224130/O-0

www.juntoseguros.comLÍDER DE MERCADO PELO
QUARTO ANO CONSECUTIVO
EM SEGURO GARANTIA*80
no NPS**Mais de
30
anos no
mercadoGarantimos negócios
que movem o país.www.juntoseguros.com

*Prêmio Direto - SUSEP | **Net Promoter Score 2024 (satisfação e experiência dos nossos clientes).

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/8613-32F9-CA54-3405> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8613-32F9-CA54-3405



Hash do Documento

D829E3A0A26EB8F53525CFD9B10725971291533BB2061C3C54BE6F07CE254AAE

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/02/2025 é(são) :

- Roney Rodrigues Pereira (Signatário - EDITORA BEM PARANA LTDA) - 76.637.305/0001-70 em 28/02/2025 07:58 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDITORA BEM PARANA LTDA - 76.637.305/0001-70

